ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2017-2021

Ata n.º 1/20
Sessão Extraordinária de 4 de Fevereiro de 2020

Aos quatro dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e vinte, pelas vinte e uma horas, na Sala de Reuniões do Edifício Eng.º Duarte Pacheco, em Loulé, deu-se início à Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Loulé, convocada ao abrigo do artigo trigésimo oitavo do Regimento, presidida pelo senhor Presidente da Assembleia, Adriano Lopes Gomes Pimpão, com a seguinte Lista de Presenças e Ordem de Trabalhos:----------
---
----------**Lista de Presenças:**----------
---

23 Deputados Municipais do PS- Adriano Lopes Gomes Pimpão (Presidente da Assembleia), Maria Helena Serafim Guerreiro Brito Baptista, João Luis Calçada Correia, Carlos Manuel Pontes Costa, Rosana Corga Fernandes Durão (1ª secretária), Vitor Cristiano da Piedade Ferreira, Maria Esteves Ferreira Lourenço, Hugo Miguel Guerreiro Nunes, Abel Filipe dos Santos Matinhos, Sónia Alexandra Martins dos Santos Neves, Fernando Pereira Marques, Joana Guerreiro da Conceição, Fábio Miguel Cortes Nobre, José João Magalhães David, Márcio Alexandre Bandeira Fernandes (em substituição de Dora Maria Portela do Olival), Marco Jorge de Freitas Matos Ferreira (em substituição de Joaquim Manuel dos Santos Vairinhos), Joaquim João Pinheiro Pinto (Presidente da Junta de Freguesia de Almancil), António Francisco Ferreira Martins (Presidente da Junta de Freguesia de Alte), José Fernando Florinda Carrusca (Presidente da Junta de Freguesia do Ameixial), Nelson Joaquim Caetano Brazão (Presidente da Junta de Freguesia de Boliqueime), Telmo Manuel Machado Pinto (Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira), Luis Manuel Amélio Pinguinha (em substituição do Presidente da Junta de Freguesia de S. Clemente) e Manuel Francisco Gonçalves Guerreiro (Presidente da Junta de Freguesia de S. Sebastião);---------
---

9 Deputados Municipais do PSD- Mário Baião Botelho da Silva, Maria José Botelho da Palma Bento Vasques (2ª secretária), Ricardo Manuel Casanova Lampreia, João Manuel Guerreiro da Conceição, Ana Francisca Vaz Pinto Palma de Sousa (em substituição de Duarte José de Sousa Duarte), Cláudio Filipe Simão de Lima (em substituição de Sebastião Francisco Seruca Emídio), Fábio Manuel da Silva Bota (em substituição de Bárbara Maria do Amaral Correia), Deodato

Martins João (Presidente da Junta de Freguesia de Salir) e Maria Margarida Renda Correia (Presidente da União das Freguesias de Querença/Tôr/ Benafim);-

---

1 Deputado Independente- Fernando Domingos dos Santos;----------

---

1 Deputado Municipal do CDS- Luis Manuel Monteiro da Silva (em substituição de António José Mendes Pinto Farrajota);----------

---

1 Deputado Municipal do BE- Carlos José da Silva Martins;----------

---

Também estiveram **os Vereadores**, Pedro Pimpão, Heloísa Madeira, Ana Machado, Marilyn Zacarias, José Graça e Horácio Piedade.----------

---

Não estiveram presentes, o senhor **Presidente da Câmara**, Vítor Aleixo e os **Vereadores**, Abilio Sousa e Carlos Carmo ----------

---

Apresentaram pedido de suspensão de mandato:----------

Os **Deputados Municipais do PS**, Joaquim Manuel dos Santos Vairinhos, tendo o mesmo sido substituído respetivamente por Marco Jorge de Freitas Matos Ferreira, Dora Maria Portela do Olival, tendo a mesma sido substituída respetivamente por Márcio Alexandre Bandeira Fernandes, Maria da Conceição Leite Esteves Duarte, não chegou a ser substituída.----------

O Deputado Carlos Filipe Gabriel de Sousa (Presidente da Junta de Freguesia de S. Clemente), comunicou impedimento em estar presente designando como seu substituto legal, ao abrigo do art.º 30.º, n.º3 do Regimento da Assembleia Municipal de Loulé, Luis Manuel Amélio Pinguinha.----------

---

Os **Deputados Municipais do PSD**, Sebastião Francisco Seruca Emídio, tendo o mesmo sido substituído respetivamente por Cláudio Filipe Simão de Lima, Bárbara Maria do Amaral Correia, tendo a mesma sido substituída respetivamente por Fábio Manuel da Silva Bota e Duarte José de Sousa Duarte, tendo o mesmo sido substituído respetivamente por Ana Francisca Vaz Pinto Palma de Sousa.----------

---

O **Deputado Municipal do CDS**, António José Mendes Pinto Farrajota, tendo o mesmo sido substituído respetivamente por Luis Manuel Monteiro da Silva.-------

---

Tendo sido verificada pela Mesa da Assembleia a existência de quórum deliberativo, o Senhor **Presidente da Assembleia** deu início à sessão.----------

---

----------Ordem de Trabalhos----------

1-Intervenção do Público;----------

2-Aprovação de Atas;----------

3-Informação sobre Expediente e Requerimentos;----------

4-Período de Antes da Ordem do Dia;----------

5-Moções;----------

6-Período da Ordem do Dia;----------

---

a)- Proposta 1/2020- Deliberação relativa à **Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Quarteira - Programa Estratégico de Reabilitação - Abertura de Período de Discussão Pública**, de acordo com o n.º 4 do artigo 17.º do Regime Jurídico de Reabilitação Urbana; [**Proposta da Câmara Municipal n.º 1713**-2019];----------

---

b)- Proposta 2/2020- Deliberação relativa à **Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Loulé - Bairros da Graça, Alto de S. Domingos e S. Francisco - Documento Final do Programa Estratégico da Operação de Reabilitação Urbana Sistemática na Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Loulé**, de acordo com o n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de Outubro, alterado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de Agosto; [**Proposta da Câmara Municipal n.º 1946**-2019];----------

---

c)- Proposta 3/2020- Deliberação relativa à **Reaprovação da Delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Loulé - Bairros da Graça, Alto de S. Domingos e S. Francisco**, de acordo com o publicado no Diário da República, 2.ª Serie, n.º 232 de 05/12 no Aviso n.º 15224/2016; [**Proposta da Câmara Municipal n.º 145**-2020];----------

---

d)- Proposta 4/2020- Deliberação relativa à **Alteração do Regulamento das Hortas Sociais de Loulé, ora designado "Regulamento das Hortas Urbanas do Município de Loulé" (Regulamento n.º 110/2012, de 08/03 - DR, 2.ª Série, n.º 89)**, ao abrigo do artigo 241.º, conjugado com o n.º 7, do artigo 112.º da Constituição da República Portuguesa, do artigo 136.º do Código do Procedimento Administrativo e, nos termos do disposto nas alíneas k) e u) do n.º 1, do artigo 33.º, conjugado com o vertido nas alíneas d), h) e k), do n.º 2, do artigo 23.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua redação atualizada e posterior publicação; [**Proposta da Câmara Municipal n.º 53**-2020];----------

---

e)- Proposta 5/2020- Deliberação relativa à **Alteração dos Estatutos da Escola Profissional de Alte - Cooperativa de Interesse Público de responsabilidade limitada: ratificação da votação na Assembleia Geral Extraordinária de dia 19/12/2019; bem como autorizar a votação, secreta em urna, para confirmação da aceitação das alterações dos Estatutos e a votação em Assembleia Geral das alterações dos referidos Estatutos**, nos termos do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 31/84, de 21 de Janeiro, na sua versão atualizada; [**Proposta da Câmara Municipal n.º 156**-2020];----------

---

f)- Apreciação da Informação relativa à **Unidade de Execução Eixo a Norte/Nascente de Loulé e Urbanização Adjacente - Aprovação do Relatório de Análise e Ponderação das Participações recebidas no período de Discussão Pública - Aprovação da Proposta Revista da Unidade de Execução Eixo a Norte/Nascente de Loulé e Urbanização Adjacente; [Proposta da Câmara Municipal n.º 1728**-2019];----------

---

g)- Apreciação da Informação relativa à **Unidade de Execução Eixo a Norte/Nascente de Loulé e Urbanização Adjacente - Aprovação da Proposta Retificada da Unidade de Execução Eixo a Norte/Nascente de Loulé e Urbanização Adjacente; [Proposta da Câmara Municipal n.º 2024**-2019].-------

---

Foram iniciados os trabalhos;----------

1-Intervenção do Público;----------

Foi dada a palavra à **cidadã Deolinda Silva**, dizendo que face ao feedback chegado, o qual demonstra o desagrado por parte da restauração e por parte dos artesãos, tanto da Feira do Livro e Artesanato, como dos artesãos que trabalhavam os 4 meses de verão no Calçadão de Quarteira, assim como da parte dos clientes, quer turistas, quer locais, porque a inexistência da Feira do Livro e de Artesanato, e a inexistência da Feira de Artesanato durante os 4 meses de verão, tornou o Calçadão mais escuro, menos movimentado, e menos seguro, originando mais assaltos. Também a quebra nas receitas durante estes últimos 2 anos, foi muito significativa, quer da parte da restauração, quer da parte de todos os artesãos, e após esta experiência, mais do que falhada, de colocar os artesãos no recinto do Jardim Filipe Jonas, levam-na a colocar as seguintes perguntas: Quando é que o Executivo Camarário pensa responder à proposta entregue na Câmara, no dia 8 de Novembro de 2018? Proposta que foi assinada por vários artesãos e proprietários de vários restaurantes. Quando pensa o Executivo repor todas as atividades artesanais e artísticas, no Calçadão? Iria

devolver aos Quarteirenses um Calçadão mais seguro, cheio de vida e dinâmica.---

---

De seguida foi dada a palavra à **cidadã Patrícia Santos**, que disse ser proprietária de um Snack-Bar no Calçadão de Quarteira, e veio reforçar as palavras da cidadã Deolinda Silva, e que de facto de há 2 anos para cá, a receita dos comerciantes é para esquecer, depois de terem investido tanto dinheiro nos seus estabelecimentos, que são caríssimos à beira-mar, e que agora, foi retirada a beleza a um Calçadão lindíssimo, a troco de um local no meio de prédios, e agora, vivem no Calçadão no meio da escuridão, sem nenhuma luz, com imensos receios, porque não há movimento, não há animação, pedindo ao Executivo que repense esta situação, e não se esqueça do que acaba aqui de ouvir.----------

---

Foi dada a palavra ao **cidadão Miguel Coelho**, dizendo que a sua presença nesta Sessão, é para dar a voz à sua Freguesia, Boliqueime, e falar de alguns descontentamentos, que já foram dados a conhecer na Assembleia de Freguesia. Para além da questão tão falada do saneamento básico, que é uma questão já tão falada e à qual o Senhor Presidente já pediu tanta paciência, que já não há muito mais a dizer, e lembra-se de uma Sessão da Assembleia Municipal, a que assistiu no ano passado, em que uma Deputada idealizava, que se chegava quase aos 100% no saneamento básico, no Concelho de Loulé, quando estamos às portas de Vilamoura, Estrada Nacional 125, e entre as Benfarras e as portas de Vilamoura, ainda sem saneamento básico, no ano de 2020, isto é impensável. Contudo, queria dar um alerta sobre duas situações, principalmente a da Estrada que liga a A22 ao coração da localidade de Boliqueime, Fonte de Boliqueime, que é uma Estrada que hoje em dia tem uma aumento de tráfego exponencial, e as pessoas que utilizam diariamente esta Estrada, e as que nos visitam nos seus períodos de férias, percebem que é uma Estrada que não oferece condições de segurança, e inclusive, há um aumento de peões a circular nas bermas da Estrada, bermas essas que não existem, é a Estrada Nacional 270, e por isso, solicitou ao Executivo, para que faça pressão e tome as diligências necessárias, junto das Entidades competentes, para alertar esta situação. E apesar, de ser Louletano, e de ficar contente por saber, que todos os dias são anunciados investimentos em Quarteira, Almancil, e em Loulé, com grande mágoa vê que para Boliqueime, não há nada, e se tirar uma fotografia de Boliqueime há 15 anos atrás, retirando 2 ou 3 investimentos feitos por agentes privados em Boliqueime, o investimento público em Boliqueime, estrutural, é zero, e fala diariamente com o Presidente da Junta de Freguesia de Boliqueime, e não podem contar com um investimento de 400.000 ou 500.000 mil euros, para se fazerem obras estruturais, que pouco mais dá, que para fazer obras de requalificação, e a nível de Concelho, a atenção que se tem dado a Boliqueime, tem sido muito reduzida. Por fim, falou da Zona

Industrial de Boliqueime, da qual não sabe qual é ponto de situação, se ainda está viva ou não, e se não está viva, estará para morrer, e se já morreu, está para ser enterrada, e no seu entender, pensa que seria uma das Zonas Industriais do Algarve, mais importantes, melhor localizada, onde houve pessoas a idealizarem estruturas, a idealizarem projetos profissionais, pensando naquela Zona Industrial, e neste momento, a resposta que têm é praticamente nula, sem saberem se é por falta de vontade da Câmara querer investir em estruturas necessárias, se é por algum tipo de interesses, se é porque pretendem desenvolver outras Zonas Industriais e em virtude disso, a Zona Industrial de Boliqueime ter sido colocada na gaveta, pelo que, pretende ter uma resposta do Executivo, porque de facto, o grande projeto de que se fala há anos, para a Zona Industrial de Boliqueime, não se sabe em que ponto está.----------

---

Seguidamente foi concedida a palavra ao **cidadão Joaquim Sarmento**, dizendo que gostaria de falar sobre a questão do interior, porque vive numa aldeia chamada de Nave do Barão, e o objetivo da sua intervenção, é o de reforçar a importância da intervenção municipal no interior do Concelho, que terá 2/3 do território, e que está a viver desde há décadas problemas crescentes de desertificação, de envelhecimento, e nalgumas regiões, como é o caso da sua aldeia, existem graves problemas de cobertura das redes móveis, com falta de cobertura de sinal, com ausência de internet, o que cria às pessoas, aos habitantes, um isolamento em relação a outros locais do Concelho, e nível local, a nível nacional, tem vindo a crescer uma sensibilidade pela importância da necessidade de se cuidar mais destas regiões de baixa densidade, esta situação foi agravada pela situação dos incêndios, e que despertou mais atenção para as necessidades do interior e a Câmara Municipal, tem vindo a ter uma intervenção positiva, em algumas áreas, nomeadamente, nas vias, nas estradas, que passaram a ser mais cuidadas, e pode-se dizer que no interior existem boas vias de comunicação viária, tem havido também uma atenção do apoio ao associativismo, que contribui com os contratos-programa, para uma dinâmica das comunidades do interior, e recentemente, houve uma ideia feliz de investir no "Geoparque", que visará ter impactos positivos, a médio prazo, no desenvolvimento nas localidades do interior, trata-se de um projeto conjunto com outras Autarquias da região, acresce contudo, que nesta preocupação, sente-se a falta de um Plano Estratégico, para o desenvolvimento do interior, que possa conjugar, naturalmente a Autarquia, as Juntas de Freguesia, as populações residentes, mas também outras Instituições, nomeadamente os agentes culturais, os agentes económicos locais, e ainda outras Instituições como a Associação In Loco, a CCDR Algarve, a Universidade do Algarve, pelo que, importava convergir estas Instituições, num processo de cooperação para a construção desse Plano de

Desenvolvimento Estratégico, e é esta a proposta que quer deixar, que haja um trabalho neste sentido, porque há 2 anos atrás, no debate que assistimos, entre os 4 candidatos à Presidência da Câmara Municipal de Loulé, dos quais foi um deles, e nesse debate que se realizou, houve um consenso de todos os candidatos, para a criação de um grupo de missão para o desenvolvimento do interior, que tinha como objetivo principal, estudar os problemas, envolver as populações e as Autarquias Locais, e outras Instituições, para que se desenvolvesse de facto um Plano, o tal Plano Estratégico sugerido, mas passados 2 anos, não há sinais de qualquer desenvolvimento neste sentido, questionando o Executivo, se esta ideia ficou em águas de bacalhau, ou se ainda podemos ter esperança de que esse Grupo de Missão possa alguma vez existir a curto prazo.----------

---

Foi dada a palavra ao **cidadão Christopher Harvey**, dizendo que no dia 22 de Novembro de 2019, caiu uma parede do restaurante do qual é proprietário, situado na Zona Histórica de Loulé, parede essa que por sua vez, faz costas com os Banhos Islâmicos, na Cerca da Bica, ligou para a Câmara Municipal para comunicar esta situação, e esteve 45 minutos ao telefone, a ser trocado de Departamento em Departamento, e após esse telefonema, no final do dia, foi procura-lo uma Funcionária do Departamento da Cultura da CML, tirou fotografias e foi-se embora, depois telefonou-lhe a dizer para enviar um email para a Câmara, o que fez no dia 25 de Novembro, ao qual não obteve qualquer resposta, pelo que se dirigiu à Câmara, e também andou de Departamento em Departamento, e mais tarde no dia 24 de Dezembro, apareceu-lhe à porta de sua casa, sem qualquer aviso prévio, uma pessoa da Câmara para ver a situação, como não tinha sido avisado, não estava em casa, e no dia 23 de Janeiro, apareceram 10 pessoas de vários Departamentos da Câmara, à porta de sua casa, outra vez sem aviso prévio, por sorte estava em casa, e mostrou a situação/ocorrência, mas nada foi feito, na semana seguinte marcaram uma reunião, que dessas 10 pessoas só apareceram 2 pessoas, e por causa da infiltração e desta situação, teve um prejuízo de mais de 1.800€, prejuízo esse que gostava de saber quem é que se vai responsabilizar por pagá-lo.----------

---

De seguida foi concedida a palavra ao **cidadão Rogério Rochinha**, dirigindo ao Executivo uma série de perguntas, e começou por questionar se o terreno onde neste momento está a ser construída a Pista de BMX, em Quarteira, é um terreno que no PDM está como terreno para habitação? Sendo um terreno municipal e estando no PDM como um terreno para habitação, com o problema que todos conhecemos de falta de habitação, porque é que aquele terreno não foi guardado para habitação, e a Câmara não procurou outro local para a Pista BMX? Colocou outra questão, recorrente, mas que nunca foi respondida, se existe ou

não a intenção da Câmara, em fazer 2 rotundas na Av.ª de Ceuta, em Quarteira, no local onde existem atualmente os semáforos? Por fim, disse que gostaria de saber, em que situação, passados alguns anos, onde foi aqui aprovado nesta Assembleia, e onde a pedido do Senhor Deputado Calçada Correia (PS), foi prolongado o prazo de mais 6 meses, para a elaboração do Regulamento do Provedor do Munícipe, questionou em que ponto é que este assunto está?.---------

---

Por último, foi dada a palavra ao **cidadão João Silvestre**, dizendo que o assunto que o traz a esta Sessão já é do conhecimento de todos, porque já há 4 ou 5 Sessões seguidas que vem cá falar do mesmo, e sai sempre na mesma, ou seja, sem respostas às suas questões, apelando desta vez ao Senhor Presidente da Assembleia, para que pudesse regular as respostas que são dadas, porque tem colocado muitas questões que não são respondidas, ou são remetidas para o final das Sessões, e acabam por não ser respondidas na mesma, por isso desta vez, vai dirigir as suas questões ao Senhor Presidente da Assembleia, perguntando, porque razão é que a situação da Unidade de Execução, sistematicamente é empurrada para o fim da Ordem de Trabalhos das Sessões? Porque razão é que andamos aqui há mais de 6 meses, e não se debate o assunto da Unidade de Execução? Disse que a Câmara continua a levar avante esta Unidade de Execução, mas no seu entender com algumas bases ilegais, nomeadamente, a avaliação que foi feita dos terrenos, é questionável, e o próprio relatório de avaliação, que foi facultado apenas no mês de Dezembro de 2019, não está válido, como tal, esse relatório caducou, ainda antes de ser apresentada esta Unidade de Execução aos proprietários, solicitando esclarecimentos à Câmara sobre isto, sem que lhe seja respondido novamente, como já foi feito diversas vezes, de que "a Câmara vai abrir uma nova frente de cidade", o que para si não é resposta, porque tem vindo aqui fazer perguntas concisas e espera que a Câmara lhe dê respostas concisas. Questionou também, sobre o ponto de situação do Concurso da Circular Norte? Porque fez esta pergunta na última Sessão e não obteve resposta.----------

---

Concluídas as intervenções do Público, e antes de dar a palavra ao Executivo para que sejam dados os esclarecimentos que entender hoje prestar, o Senhor **Presidente da Assembleia**, gostava de esclarecer dois pontos que foram colocados diretamente à Mesa da Assembleia, uma delas, em que o Executivo tem responsabilidades, mas a Assembleia também tem, que é o problemas das questões colocadas, quer pelos cidadão, quer pelos Deputados Municipais, que não são respondidas, o que no seu entender é uma questão que o preocupa, e num dos pontos da Ordem de Trabalhos, é chamada a atenção para a Lista, que é obrigatório por Lei, onde o Presidente da Assembleia é obrigado a fazer o relatório dos Requerimentos e qual o seu estado em termos de resposta do

Executivo. É um assunto que tem sido visto com o Executivo, e todos reconhecemos que as respostas por vezes não são imediatas, e há que dá-las com alguma atenção e com alguma fundamentação, e há um bom problema, que é a quantidade de questões colocadas, porque é sinal de participação e de que as pessoas não estão adormecidas. Sobre a Unidade de Execução vir no fim da Ordem de Trabalhos das últimas Sessões, assegurou que esta situação não tem, porque quem organiza a Ordem de Trabalhos e o Presidente da Mesa, ouvida a Comissão Permanente, que é constituída pela Mesa e pelos representantes dos 4 Grupos Municipais, nenhum objetivo por trás, tem apenas a ver com o facto de não se tratar de uma Deliberação, mas sim de uma Informação que o Executivo traz para conhecimento da Assembleia, e por norma, na Ordem de Trabalhos, as Informações vêm a seguir às Deliberações, e é esta a razão, apesar de reconhecer que é um assunto importante e como tal, na sua opinião, e na opinião de outras Assembleia Municipais, essa opinião é partilhada, mas o legislador consagrou que não era necessário a aprovação final por parte da Assembleia, e o que prevalece é a Lei Nacional, mas é uma matéria que considera importante e que virá a debate. Prestados estes esclarecimentos, o Senhor Presidente da Assembleia, passou a palavra ao Executivo.----------

---

Para responder a algumas questões colocadas, foi dada a palavra ao Senhor **Vice-Presidente, Pedro Pimpão**, começando por responder à questão colocada pelo cidadão Rogério Rochinha, sobre as rotundas na Av.ª de Ceuta, em Quarteira, disse que essa possibilidade está em estudo prévio.----------

Relativamente às questões levantadas pelas cidadãs Deolinda Silva e Patrícia Santos, disse que há de facto a decisão da Câmara, em 2018, repetida em 2019, da Feira de Verão de Quarteira, e que irá ser repetida em 2020, e que no seu formato e modelo, desde 2018 a 2020, tem sofrido alguns ajustes e alterações, e tentou-se não impedir a atividade económica das pessoas que trabalhavam e trabalham naquela zona, e por outro lado, assegurar que no Calçadão de Quarteira, houvesse mais segurança, e é verdade que tem que haver mais iluminação, que foi melhorada mas terá que ser ainda mais melhorada neste verão, mais segurança, e mais animação, como forma de potenciar os diversos negócios, mas essa animação, tem a ver com toda a dinâmica que o próprio comércio local necessita, e esta foi a situação encontrada pelo Executivo, que já foi explicada muitas vezes, e o Executivo pensa que é melhor solução, pra todos os cidadãos que vivem na cidade de Quarteira, e no Concelho em geral, e assim se manterá esta decisão, e que continuará em 2020, salvaguardando os interesses de todos.----------

Quanto às questões colocadas sobre Boliqueime, pelo cidadão Miguel Coelho, disse que partilhava as suas preocupações, e quanto ao problema do saneamento

básico, da água e esgotos, disse que está neste momento numa fase de identificação dos proprietários, e está praticamente na fase final, para lançamento do concurso e da empreitada, tratando-se de um investimento superior a 5 milhões de euros, desde Vale Judeu até à rotunda de Boliqueime, mas a Câmara Municipal, está decidida, a que as pessoas tenham direito, aquilo que devem ter direito, que é à mínima qualidade de vida, ou seja, o acesso a água e esgotos, e por isso está determinada a fazê-lo. Relativamente à ligação da Via do Infante (A22) à rotunda de Boliqueime, do ponto de vista de segurança rodoviária, é provavelmente das piores estradas do Concelho, porque não tem bermas e as pessoas andam a pé na estrada, e tem vários acessos, nomeadamente, a uma Escola, e a um Campo de Futebol, este último que também vai ser alvo de requalificação, e esta Estrada não é uma responsabilidade da Câmara, mas sim da IP, e a Câmara já resgatou o troço da Estrada, desde a Via do Infante, passando por Momprolé, até à rotunda da entrada de Loulé, porque essa Estrada era toda da IP, e a Câmara solicitou que viesse para a sua responsabilidade, no seguimento da negociação para a construção da Circular Norte, e o troço da ia do Infante à rotunda de Boliqueime, a IP recusa-se a transferi-lo para a Câmara Municipal, por se tratar de um acesso direto à Via do Infante (A22), e a única coisa que a Câmara pode fazer, é pressionar para que a IP faça as obras que são necessárias, porque está em causa a segurança das pessoas. Sobre a Zona Industrial de Boliqueime, disse que se mantém no PDM, mas referiu que há um projeto, e que de facto o Concurso ficou deserto, que é o da daquela Rua que vai da EN 125 até à Igreja, Rua essa, que tem um investimento de mais de 1,5 milhões de euros, cujo Concurso ficou deserto e que teve que ser feito novamente, e foi necessário trazer a esta Assembleia, uma alteração orçamental para colocar mais verba nesse Concurso, e espera-se que agora, porque existem muitos interessados, se inicie esta obra, porque é verdade que a Freguesia de Boliqueime, não tem tido obras ao longo destes anos todos, mas espera-se que com o saneamento básico, dentro de 1 ano seja possível assistirmos ao inicio destas obras.----------

Sobre a questão do Concurso da Circular Norte, disse que neste momento a Câmara está a aguardar 2 Pareceres, de Entidades externas, para poder lançar o Concurso de Empreitada.----------

Respondendo ao cidadão Joaquim Sarmento, disse que o Geoparque, que vai ser provavelmente o projeto mais estruturante e de desenvolvimento do interior que alguma vez existiu no Concelho de Loulé, e curiosamente, estão envolvidas 3 Câmaras Municipais, Loulé, Albufeira e Silves, de 3 Partidos Políticos diferentes, PS, PSD e PCP, que desenvolveram este projeto com candidatura para Património da UNESCO, que trará tudo alocado ao desenvolvimento económico, nomeadamente, a criação de emprego e a criação de negócio, e que ainda envolve,

a Universidade do Algarve, o Centro de Ciência Viva do Algarve, e uma quantidade de Instituições, que neste momento se unem, neste projeto comum pelo Algarve, e este Geoparque tem como obrigação, interiorizar um Plano Estratégico de Desenvolvimento do Interior. Quanto às Redes Móveis, e a sua instalação, disse que não é uma competência das Câmara Municipais, mas que a Câmara reconhece como um recurso básico de vida, sobretudo no interior, tal como a água, os esgotos, e a Rede Móvel também o é, do ponto de vista do que é a segurança das pessoas, e do ponto de vista do que é o desenvolvimento económico, e por isso, e apesar de não se querer alongar muito, disse que a Câmara vai conseguir ter uma cobertura, do ponto de vista alargado, de Rede Móvel no interior do Concelho de Loulé, a Câmara vai investir nesta área.----------

---

Seguidamente, foi concedida a palavra à Senhora **Vereadora Heloísa Madeira**, que começou por falar da situação da queda do muro do imóvel dos Banhos Islâmicos, para o imóvel do Sr. Christopher Harvey, dizendo que não tinha em seu poder muita informação, mas o que sabe, é que de facto foi feita uma vistoria por vários Serviços Camarários, contudo, disse que se ia informar, e garantiu ao cidadão Christopher Harvey, se os prejuízos de que falou, foram provocados por culpa do Município, que iria ser ressarcido e a situação iria ser resolvida com a maior brevidade possível, sendo também certo, que a obra dos Banhos Islâmicos, e de Reabilitação dos Banhos Islâmicos, vai iniciar-se em breve e como tal, toda esta situação pode ser ultrapassada.----------

Relativamente à questão colocada pelo cidadão Rogério Rochinha, sobre a localização da Pista de BMX e à classificação em PDM do solo onde a mesma está localizada, disse que o solo residencial é perfeitamente compatível com equipamentos, e as zonas residenciais também exigem equipamentos, como tal, não há uma incompatibilidade, e esta decisão da localização da Pista de BMX naquele terreno, já vinha do mandato anterior, e este Executivo considera que é uma mais valia, e muito importante para os residentes de toda aquela zona, e para uma requalificação de toda aquela área, para uma prática que é muito querida na cidade de Quarteira.----------

Respondendo ao cidadão João Silvestre, disse que não o quer deixar sem respostas e que tenta dar sempre todas as respostas, o que não pode é dar as respostas que o cidadão quer, mas sim o que tem para dizer, e disse que iria repetir incessantemente, que é convicção da Câmara Municipal e a determinação de que este Projeto da Unidade de Execução é um projeto estruturante para a cidade de Loulé, e que vai ser concretizado, não obstante todas as dificuldades que está a ter, vai ser levado a cabo, e na Ponderação que foi feita com a participação muito ativa de todos os munícipes, proprietários, a Câmara tentou ir ao encontro de todas as sugestões e manifestações que foram chegando, e com

isso, disse que já se ia numa fase avançada de receção de propostas, e neste momento a Câmara tem, cerca de 45% de proprietários com manifestação de adesão à Unidade de Execução, cerca de 17% de proprietários que já manifestaram a intenção de vender, em que a Câmara vai começar a realizar escrituras de compra e venda destes, e ainda a alguns proprietários a que não foi fácil fazer as notificações devido a várias situações, nomeadamente, residências no estrangeiro, e situações de doença que ainda decorrem, e por isso ainda não têm manifestação, mas parece-lhe que só estes números, mostram como esta proposta foi ao encontro, e a ponderação dos contributos que foram dados em fase de Discussão Pública, foram ao encontro do que os proprietários pretendem, e em todas as situações, a Câmara tentou ir ao encontro das sugestões e das propostas que foram feitas, a Câmara só não foi ao encontro de uma que foi a de desistir deste projeto, porque este projeto é um projeto estruturante para a cidade de Loulé, e é para ali que a cidade vai crescer, e a questão que o cidadão João Silvestre falou, sobre o relatório ser inválido, caduco, não se encontrar vigente, disse que o relatório pedido é válido, é vigente e foi feito por um dos Peritos Avaliadores de renome nacional, e a questão da validade do relatório, tem a ver com a validade da apólice de seguro, deste Avaliador, e que se vê perfeitamente que se trata de um lapso linguístico e de erro, que tem um ano, e tem outro, garantindo que o Perito Avaliador tem o seguro de responsabilidade profissional em dia, e se era disso que o cidadão estava a falar, disse que estava perfeitamente tranquila, quanto ao teor, conteúdo e à validade do relatório.------

---

Concluídos os esclarecimentos por parte do Executivo às questões colocados pelo Público, o Senhor **Presidente da Assembleia**, informou que tinha dado entrada na Mesa da Assembleia, um requerimento do Senhor Deputado Independente, Fernando Santos, sobre um Pedido de Alteração à Ordem de Trabalhos desta Sessão, e que seria votado no inicio do Período da Ordem do Dia, e que carece de 2/3 dos votos para poder ser alterada a Ordem de Trabalhos.----------

---

De seguida o Senhor Presidente da Assembleia, passou ao ponto:----------

---

3-Informação sobre Expediente e Requerimentos;----------

Sobre este ponto, o Senhor **Presidente da Assembleia**, disse aos Senhores Deputados, que relativamente aos Requerimentos apresentados, transmitiu que será remetida pelos Serviços de Apoio à Assembleia, informação detalhada sobre os mesmos, nomeadamente dos pedidos enviados à Câmara e não respondidos. Informou também, que foi remetida uma carta, por correio eletrónico, dirigida ao Senhor Presidente da Câmara, com a programação das próximas Sessões, e que

se tentará atualizar essa informação. porque é sempre difícil fazer uma programação. Por último, disse que numa das próximas Sessões, será apresentada por si, uma Moção, elaborada pelos 16 Presidentes das Assembleias Municipais do Algarve, sobre a urgência da construção do Hospital Central do Algarve, que recolheu unanimidade dos 16 Presidentes, mas não recolheu ainda a unanimidade das 16 Assembleias Municipais, tendo ficado os 16 Presidentes, com o compromisso de durante o mês de Fevereiro, nomeadamente na Sessão Ordinária, de apresentarem essa Moção, que está concluída e que será distribuída na próxima semana aos Senhores Deputados, para poderem junto dos respetivos Grupos Municipais poderem avaliar a sua posição sobre esta matéria. Também será distribuída uma Declaração, sobre o Uso Eficiente da Água, que recolheu também, nos encontros dos 16 Presidentes das Assembleias Municipais do Algarve, uma posição unanime sobre aquilo que é urgente no Algarve, para além das novas captações e para fazermos o Uso Eficiente da Água, porque há Municípios com uma elevada percentagem de água não faturada, o que significa perdas, e falta de controle sobre aquilo que são determinados usos da água.------

---

De seguida o Senhor Presidente da Assembleia passou ao ponto 2 da Ordem de Trabalhos:----------

---

2-Aprovação de Atas:----------

Neste ponto, foram apresentadas para aprovação as seguintes Atas:----------

---

A Ata n.º 13/2019 (Continuação da Sessão Ordinária de 27 de Setembro de 2019, realizada a 1 de Outubro de 2019), que foi **aprovada por unanimidade.**-

---

A Ata n.º 14/2019 (Sessão Extraordinária Temática de 25 de Outubro de 2019), que foi **aprovada por unanimidade.**----------

---

A Ata n.º 15/2019 (Sessão Ordinária de 27 de Novembro de 2019), que foi **aprovada por unanimidade.**----------

---

A Ata n.º 16/2019 (Continuação da Sessão Ordinária de 27 de Novembro de 2019, realizada a 2 de Dezembro de 2019), que foi **aprovada por unanimidade.**----------

---

Prosseguindo a Ordem de Trabalhos, passou-se ao ponto seguinte:----------

---

4-Período de Antes da Ordem do Dia;----------

Pediu a palavra o Senhor **Deputado Fábio Bota (PSD)**, dizendo que gostaria de colocar ao Executivo algumas perguntas diretas, começando por questionar sobre qual o ponto de situação da Estrada Municipal 526, que faz a ligação a Albufeira, na qual o Município de Albufeira fez um grande investimento na requalificação daquela Estrada, mas quando entramos na parte que pertence ao Município de Loulé parece que entrámos noutro mundo, querendo saber se existe alguma projeção por parte da Câmara de Loulé, para arranjar aquela Estrada que se encontra altamente perigosa.----------

Reforçando o que disse anteriormente um cidadão, sobre a Estrada Nacional 270, sabendo que se trata de uma Estrada também muito perigosa, e como esta Câmara aproveita obras do Governo Socialista, será que o Executivo não consegue rapidamente, requalificar aquela Estrada? Pois trata-se de outro postal de entrada no nosso Concelho que não dignifica nada Loulé.----------

Sobre a requalificação da Estrada do Cemitério, questionou se já havia uma data para a finalização daquelas obras, assim como, às obras da Rua Frei Joaquim de Loulé.----------

Relativamente às obras na Av.ª José da Costa Mealha, disse que foi apenas uma obra de alcatrão e que foi pena não se ter aproveitado esta obra para alterar as condutas de água que estão completamente obsoletas, contribuindo para o desperdício de 35% do caudal faturado, em água.----------

Passados 10 anos, questionou também, em que ponto é que se encontrava o Bar das Piscinas Municipais de Loulé, se nunca mais irá abrir, se vai ser feito um projeto, ou não.----------

Falando de deporto, felicitou o Executivo, por finalmente darem inicio às obras de requalificação do Pavilhão Municipal de Loulé, e questionou o que é que pensavam fazer ao Estádio Municipal de Loulé, porque encontra-se numa situação deplorável, havendo o risco de um dia cair a Bancada. E sobre o projeto dos balneários do Campo n.º 2 de Loulé, e dos de Quarteira, perguntou porque é que os projetos caíram, porque tratavam-se de obras urgentes. E ainda sobre o Campo de Boliqueime, disse que só se houve falar em projetos, dando a ideia de que já estamos em campanha eleitoral, porque só se ouve, vamos lançar o projeto, vamos criar o projeto, mas não se vê obra nenhuma, não se vê a concretização de projeto, assim como o estado do Pavilhão de Boliqueime, perguntando se existe alguma previsão para tentar iniciar algum processo.----------

Por fim, questionou sobre o motivo que leva o Executivo a aumentar em 30% os valores dos Concursos, se diz que estes ficam desertos, dando o exemplo do Pavilhão Multiusos de Almancil, cujo valor era de 10 milhões de euros e que agora

passou para 13.4 milhões de euros.----------

De seguida foi dada a palavra ao Senhor **Deputado Carlos Costa (PS)**, que em resposta ao Senhor Deputado Fábio Bota (PSD), sobre a grande obra da Av.ª José da Costa Mealha, da informação que tem, esta Avenida carecia de repavimentação há largos anos, pois todo o pavimento estava partido e com fissuras, e pelo que lhe foi dito, e também foram substituídas as canalizações necessárias.----------

Sobre o assunto dos eventos do Município, disse que o CLAS foi um evento importante que juntou um conjunto de competências e de opiniões, sobre um tema importantíssimo e atual que é o das Alterações Climáticas.----------

E terminando a sua intervenção, disse que para o Grupo Municipal do PS, as questões que estão na ordem do dia e que têm a ver com os últimos eventos que foram realizados, todos eles têm tido um valor acrescido e têm dado imagem e bom nome ao Município.----------

---

Também usou da palavra a Senhora **Deputada Francisca Sousa (PSD)**, começando por dizer que o Grupo Municipal do PSD, também se preocupa com a qualidade de vida dos cidadãos, e com os eventos do nosso Concelho, e por isso mesmo, vem falar de um evento e de uma questão que já foi falada nesta Sessão, que é a Feira de Verão de Quarteira, referiu que agora se trata de um evento que não traz benefícios nenhuns, é medíocre, quer na sua conceção, quer no seu planeamento, e este evento foi decidido unilateralmente, houve muitas perguntas que nunca tiveram resposta, também é um evento, demonstrativo da falta de rigor e de nível de exigência, que deve existir em todas as Autarquias, porque não tem condições sanitárias, nunca teve, e favorece sobretudo, o setor das comidas e das bebidas, que é representado maioritariamente por vendedores que são externos a este Concelho, e que no primeiro ano, beneficiaram da isenção de taxas, e no primeiro ano, para ser um evento de sucesso, que era a preocupação do Executivo, houve muito dinheiro gasto em Concertos de Música, que aliás, até hoje o PSD não sabe qual o valor gasto com esses Concertos, e a verdade é apenas uma, aquilo que era o interesse dos artesãos, daquilo que foi prometido aos artesãos, que era salvaguardar os seus interesses e que o novo espaço seria um espaço de sucesso, foi tudo o que não aconteceu, e quando se passa para o segundo ano, poderiam as coisas ter melhorado, haver mais organização, haver mais luz, verifica-se que há menos artesãos e que há menos Concertos, e a pergunta que queria colocar ao Executivo, é se o Executivo quer de facto acabar com a Feira de Verão? Não tendo esse ónus? Querem que sejam os artesãos a desistir por eles próprios? Porque é isso que parece, porque pelos vistos já há menos tempo de Feira de Verão, 3 meses, e para o próximo Verão, possivelmente

passará para 2 meses, e a questão é esta, a Câmara resolveu fazer um alto investimento, que parece, que não tem o mesmo nível de retorno, romperam com esta tradição, e com a relação entre os artesãos e o comércio do Calçadão, e os empresários do Calçadão não estão satisfeitos, e sobretudo, não favoreceram os artesãos que são do Concelho.----------

---

Usou de seguida a palavra o Senhor **Deputado Fernando Santos (Independente)**, dizendo que quando almoçava ou jantava no Calçadão de Quarteira, ouvia as pessoas desses restaurantes a queixarem-se do incómodo causado pelos vendedores ambulantes e artesãos, e é curioso, que hoje dizem que agora estão a perder clientes porque eles não estão lá, ao que tem respondido, chararam tanto, reclamaram tanto junto da Câmara, e infelizmente na Câmara deram-lhes ouvidos, o que levou à situação atual, pelo que, era bom de uma vez por todas, decidissem o que é que querem, e tomassem uma decisão com bom senso.----------

---

Foi dada a palavra ao Senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, dizendo que achava estranho, que as obras de saneamento da EN 125, entre Benfarras e Rotunda das 4 Estradas, foram alvo de grande polémica no período que antecedeu as últimas eleições, os habitantes colocaram umas placas às suas portas, e o Executivo Municipal foi lá e disse que rapidamente ia resolver o problema, e passados 2 anos, por iniciativa da Assembleia Municipal, foi-se fazer o percurso da EN 125, e foi-nos informado pelos Técnicos que nos acompanharam, que já iam no 5.º projeto de saneamento para aquela zona, e agora, passados 3 anos, pasme-se, a Câmara informa que ainda está a identificar os proprietários, o que é muito estranho, porque os proprietários não se moveram das suas casas, do local, são os mesmos, e aquilo que deduz, é que não existe projeto nenhum concluído, e tem esperança, que até ao final do próximo ano, as obras possam arrancar.----------

Relativamente à Circular Norte, disse que não entende qual é o problema agora, porque foi dito nesta Assembleia que o projeto estava pronto, que ia arrancar no espaço de tempo de 1 ano, e agora, estranhamente, a Câmara aguarda 2 Pareceres, Técnicos ou Jurídicos, questionando o Executivo sobre o que é que passa? E que gostava de saber qual era o teor dos Pareceres que a Câmara está à espera, porque as respostas aos munícipes têm sido inconclusivas, mas aos Deputados Municipais têm que ser mais pormenorizada.----------

Quanto à questão dos Requerimentos, dirigindo-se a Senhor Presidente da Assembleia, disse que uma coisa que já mete dó, porque há deveres, há direitos, há responsabilidades repartidas, mas a Câmara Municipal, simplesmente não responde, referindo que no dia 13/12/2019, fez aqui na Assembleia, um requerimento fácil, que era só preciso que a Câmara fosse constatar, que é referente a um caminho municipal na Estrada da Tôr, que passa perto da Quinta

da Ombria, que não tem qualquer referência às obras da Quinta da Ombria, mas está bloqueado ao trânsito, colocou várias questões sobre esta situação, e apesar de se tratar de um requerimento extremamente simples, até hoje não obteve resposta, passados quase 2 meses.----------

Como pedido de informação, disse que gostaria de saber sobre, quantos equipamentos públicos municipais, continuam com cobertura em amianto? Referindo que há um Bairro em Loulé com telhados em amianto, assim como a Escola D. Dinis em Quarteira, mas gostava de saber se há mais.----------

Por último, falou da questão do Parque Urbano de Loulé, que foi apresentado há 4 anos, como um grande projeto verde para Loulé, com o qual concorda, e que ia recuperar grande parte dos equipamentos, dos caminhos, dos muros, da zona onde estava inserido, que fica a Sul de Loulé, mas até hoje, para além da intenção, não se viu mais nada, a única coisa que sabe é que a pessoal responsável por este projeto, foi despedido ou rescindiu o contrato, mas não sabe mais nada e gostaria de saber o ponto situação.----------

---

Seguidamente pediu a palavra o Senhor **Deputado Marco Ferreira (PS)**, que numa breve nota, disse que queria realçar a questão do ambiente, e a questão da reciclagem do plástico no nosso País, que segundo dados revelados pelo Associação Portuguesa do Ambiente (APA), em que apenas 12% do plástico recolhido é reciclado, de um total de 600 mil toneladas de plástico, e a nossa região deveria focar-se nesta questão, quer pelo turismo, quer pelas questões naturais, e por isso, realçou que gostava que nas nossas casas, no nosso Concelho, todos começassem a dar o exemplo nesta matéria, e que acompanhassem mais os processos de recolha e de reciclagem dos plásticos no nosso Concelho. Concluindo, disse que o objetivo da União Europeia para 2030, é de 100% de reciclagem das embalagens de plástico, e nós a 10 anos dessa meta, estamos a reciclar só 12%, o que é uma grande preocupação, dado ao que se vê todos os dias na comunicação social, pois o plástico está a contaminar os oceanos e os peixes de que nos alimentamos.----------

---

Foi dada a palavra ao Senhor **Deputado João Guerreiro (PSD)**, começando por falar na execução de obras, que não se verifica, pois as obras não passam de ideias, projetos, e que neste momento há uma fartura de projetos e de Concursos que ficam desertos, o traz imensos prejuízos para toda a comunidade.- Relativamente às questões do público, de que se sentiam bastante prejudicados, pela ação governativa deste Executivo, nomeadamente em Quarteira, o Executivo não tem ido ao encontro das suas necessidades, não ouve as pessoas, não concretiza, e quanto à questão do Calçadão de Quarteira, calcula que o Executivo deva ter um projeto imenso para o Calçadão, porque ao fim de 6 anos de

governação, ainda não se viu nada, e que é provavelmente a maior sala de visitas do Concelho de Loulé, que é uma imagem do nosso Município, à semelhança da Marina de Vilamoura, questionando se o Executivo tem algum projeto para requalificar, o Calçadão, a frente mar de Quarteira, tentando alterar, a péssima imagem, que tem aquela zona junto ao Porto de Pesca e o Calçadão, porque este assunto e de enorme importância económica para o Município e para a atividade económica, da maior Freguesia do Município, em termos económicos.----------

---

Usou também da palavra o Senhor **Deputado Abel Matinhos (PS)**, dizendo que no passado dia 31 de Janeiro de 2020, concretizou-se a saída do Reino Unido da União Europeia, facto histórico, e que nos entristece a todos, e o Partido Socialista, vê esta saída com enorme tristeza, pois a União Europeia é uma ferramenta essencial para continuarmos a construção da liberdade, da democracia e do progresso, e é fundamental, estarmos todos atentos às ameaças que tendem a ir contra as conquistas da União Europeia, e nós cidadãos eleitos, e sobretudo democratas, temos que estar vigilantes, para detetar aqueles fundamentalistas que ameaçam os nossos direitos coletivos, e tendo como certo, que os direitos dos residentes britânicos no Algarve e no País, serão salvaguardados, esperando que os direitos dos nossos residentes no Reino Unido, sejam igualmente salvaguardados.----------

---

Voltou a pedir a palavra o Senhor **Deputado Fernando Santos (Independente)**, tecendo algumas considerações sobre a intervenção do Senhor Deputado Marco Ferreira (PS), sobre o tema da reciclagem do plástico, refutando o que foi dito pelo Senhor Deputado Socialista, mencionando outros números referentes à reciclagem de plástico em Portugal.----------

---

Seguidamente foi dada a palavra ao Senhor **Deputado Fábio Nobre (PS)**, dizendo que também tem que se reconhecer o que é feito, e relativamente à sua Freguesia que é Quarteira, onde habita, e que conhece, e enumerou 7 obras que estão a decorrer em Quarteira, Escola de D. Dinis, a Pista de BMX na Abelheira, a requalificação da Praça dos Bombeiros em frente à GNR, o Parque de Estacionamento na Rua Gago Coutinho, a 2.ª Fase do Passeio das Dunas, a BAL, e a Rua do Pinheirinho que irá ligar à Marina, e em relação ao Centro Cultural de Quarteira, o Senhor Presidente da Câmara, assegurou que a primeira pedra será colocada antes do final deste mandato.----------

Sobre a questão da Feira de Verão de Quarteira, disse que gostava de partilhar a sua preocupação, porque na altura foi uma das pessoas que foi favorável a essa mudança, mas atualmente, confessa que já tem dúvidas se terá sido a melhor opção, até porque ainda não teve ainda acesso aos números e valores da Feira de

Verão, apelando ao Executivo para que os divulgasse, a todos.----------

---

Foi concedida a palavra ao Senhor **Deputado Ricardo Lampreia (PSD)**, que começou a sua intervenção, questionando o Executivo sobre a nova Ponte da Ribeira de Algibre, em que de há 3 anos para cá, está prevista no orçamento com uma verba de 375.000€ (trezentos e setenta e cinco mil euros), e que esta obra ia avançar, mas até hoje está tudo igual, e trata-se de uma obra bastante importante, que serve de ligação entre a zona do barrocal, e a zona serrana, do Concelho de Loulé, urge essa obra. Em segundo lugar, falou de que estava prevista uma Rotunda no cruzamento do Torrejão, na Goncinha, porque é rara a semana em que não há ali acidentes, e trata-se de uma obra que é barata e é fácil de fazer e resolve um grave problema. Em terceiro lugar, falou da situação do saneamento básico no Cerro do Galo, que há já 20 anos que os residentes andam a lutar por isso, mas devido a problemas de ordem técnica não se tem concretizado, e o tempo vai passando e aquela população espera e desespera, pedindo ao Executivo informação sobre o ponto de situação desta obra.----------
Por fim, falando de Boliqueime, e sobre a proposta de revogação do Plano Pormenor da Zona Industrial de Boliqueime, deliberada em Reunião de Câmara a 07/11/2018, disse que gostaria de saber o seu ponto de situação.----------

---

Usou ainda da palavra o Senhor **Deputado Calçada Correia (PS)**, dizendo que em termos da nossa região, existe uma preocupação que neste momento é diária, que é o problema da seca, da falta de água, e sendo a nossa economia muito centrada no turismo, e também na agricultura, e como tal, a água é vital para manter os níveis de desenvolvimento e da nossa economia, e tivemos esta semana em Loulé o Sr. Ministro do Ambiente, que encarou outras soluções, nomeadamente, o uso mais eficiente da água, mas os Algarvios precisam de uma união e de uma só voz, e devem falar sobre a infelicidade do que disse o Sr. Ministro do Ambiente, que parte do principio de que vamos deixar de ter água, e que não quer 3 Barragens secas porque já chegam 2 Barragens, e sobre isto os Algarvios deviam bater-se pelo projeto da Barragem da Foupana e defender a sua construção, porque já há 30/40 anos, que se debate na região com afinco, a possibilidade da construção da Barragem da Foupana, que está provado e estudado, que é vital, para reter a água, para que esta não vá para o mar águas, permitindo também a possibilidade do transbordo de água da Foupana para o Beliche, permitindo reabastecer Beliche/Odeleite, e desta forma como Algarvio e como defensor de uma só voz, quer demonstrar a sua profunda discordância com a posição do Sr. Ministro, quanto à Foupana.----------

---

Terminadas as intervenções sobre este ponto da Ordem de Trabalhos, o Senhor **Presidente da Assembleia**, esclareceu que sobre a questão das competências desta Assembleia, e em relação à Zona Industrial de Boliqueime, disse que de facto a Câmara Municipal, enviou essa proposta para a Assembleia, para deliberação, visto que é competência da Assembleia essa deliberação, e o assunto foi visto na Reunião da Comissão Permanente, e houve um contacto com o Senhor Presidente da Câmara, em que o assunto foi discutido, e foi considerado mais adequado, não ser aprovado, tendo a Câmara retirado essa proposta.----------

---

Depois desse esclarecimento, foi dada a palavra ao Senhor **Vice-Presidente, Pedro Pimpão**, para responder às questões colocadas pelos Senhores Deputados, começando por falar da questão do Ambiente, e do Evento do CLAS, e da importância que deve ser dada, à subida do nível médio do mar, à eficiência energética, à eficiência hídrica, entre outras relacionadas com o ambiente.-------

Relativamente à reestruturação da Av.ª José da Costa Mealha, em Loulé, disse que não se pode olhar só para o tapete de alcatrão que foi colocado, tem que se olhar também para o facto de as pessoas com mobilidade reduzida, já poderem atravessar de um passeio para o outro, quando antes não o conseguiam, assim como, na instalação de postos de carregamento para carros elétricos, ou seja, toda esta intervenção do ponto de vista de sinalização, assegura também a segurança das pessoas, assim como a circulação da bicicleta partilhada, por isso esta intervenção tem que ser vista num todo.----------

Relativamente à EN 526, que vai da Ponte do Barão até a uma futura Rotunda em frente à BP, disse que esses projetos estão concluídos, e vai haver um enterramento de linhas elétricas, nessa parte, para dar uma melhor qualidade de vida a todas as pessoas que vivem nesse território, e que neste momento, está apenas pendente de um Parecer da EDP, e de uma alteração pontual nessa Rotunda. Sobre as obras na Estrada do Cemitério, e na Rua Frei Joaquim de Loulé, a primeira tem a ver com uma cessação contratual com o Empreiteiro, que infelizmente não tem condições para continuar, e a obra terá que ser terminada com um novo Empreiteiro, e as obras na Rua Frei Joaquim de Loulé, teve um imprevisto, do ponto de vista daquilo que é a intervenção da obra, mas também ela irá terminar. Quanto ao Pavilhão de Boliqueime, disse que essa obra foi adjudicada e vai ser alvo de intervenção, porque tinha problemas no telhado, e em relação ao Campo de Boliqueime, está inserido no orçamento municipal, enquanto projeto, e virá a esta Assembleia Municipal o valor da obra, quando o tivermos.---

E em relação à questão da revisão orçamental, que vem à próxima Sessão Ordinária da Assembleia, vai ter programado tudo aquilo que o Senhor Deputado Ricardo Lampreia (PSD), nomeadamente, o alargamento da nova Ponte de Algibre, porque foi um Concurso que ficou deserto, assim como a Rotunda entre Torrejão

e a Goncinha, cuja execução está programada ainda para este ano, e o saneamento básico do Cerro do Galo, vai estar na revisão orçamental que vai ser levada à próxima Reunião de Câmara.----------

Sobre a Circular Norte e respondendo ao Senhor Deputado Carlos Martins (BE), disse que os Pareceres que a Câmara aguarda, são da APA e da EDP, para se poder lançar o Concurso da Empreitada da Circular Norte. Em relação aos projetos da EN 125, disse que este último é o mais avançado, foi o que chegou mais longe, porque as condutas de esgoto passam pela propriedade das pessoas, porque este é um projeto feito em conjunto com as pessoas, já foi apresentado às pessoas 2 vezes, nas suas diversas fases, e existe uma colaboração entre a Câmara e os proprietários, e esta obra vai avançar.----------

Relativamente à questão dos Concursos desertos, disse que até o Governo Central tem os Concursos desertos, assim como muitas Câmaras do País e do Algarve, porque não há recursos humanos nas empresas de obras, não há capacidade técnica suficiente ao nível de engenharia, esta é uma realidade do País, e é por isso que as obras encarecem, e o facto do salário mínimo nacional ter aumentado, também influenciou, porque aumentou o custo com a mão de obra, por isso o custo não tem a ver só com as empreitadas, mas com todos os serviços externos que requerem mão de obra, do ponto de vista da sua intervenção, resumindo, esta situação dos Concursos desertos, tem muito a ver com a falta de recursos humanos.----------

Sobre o fecho de contas da Feira de Verão de Quarteira de 2018 e 2019, disse que a Câmara Municipal de Loulé, está completamente disponível para disponibilizar esses dados, pois os dinheiros são públicos, dizendo também que no orçamento municipal para 2020, quando se aprovou este orçamento, no Plano de Atividades Municipal, existem lá já os 4 eventos/ancora, que a Câmara considera que devem constar como custos associados àquilo que são considerados os eventos, nomeadamente, o Festival MED, os Santos Populares de Quarteira, o Carnaval de Loulé e a Festa da Mãe Soberana, e irão estar na Prestação de Contas, e se já foi enviado à Câmara um requerimento sobre os custos da Feira de Verão de Quarteira, a Câmara facultará os dados relativamente a 2018 e 2019.----------

---

Seguidamente usou da palavra a Senhora **Vereadora Heloísa Madeira**, que sobre a questão colocada pelo Senhor Deputado Carlos Martins (BE), sobre o caminho público que está interrompido, disse que já tinha respondido na última Sessão da Assembleia, que de facto essa situação foi constatada pelos Serviços de Fiscalização desta Câmara, mas que era passível de licenciamento, e de autorização por parte desta Câmara daquele impedimento, uma vez que a intervenção naquela artéria estava prevista nas obras de urbanização que

envolvem o Plano de Urbanização da Quinta da Ombria, e essa autorização e licenciamento ainda não foi concretizado, mas a Câmara está em contacto com o Promotor, para o regularizar com a maior brevidade possível, e será dada informação por escrito ao Senhor Deputado.----------

Quanto ao projeto do Parque Urbano e Agrícola de Loulé, disse que não é um projeto abandonado, dentro em breve, será lançado o Concurso para a adjudicação da reabilitação dos caminhos e muros, de todo o Parque, e não é por causa de ter cessado um contrato de prestação de serviços com um assessor, que este projeto é abandonado, pois este projeto é um projeto âncora, que consta das linhas estratégicas deste Executivo, tal como vêm mencionadas no REOT.----

Relativamente à questão colocada pelo Senhor Deputado João Guerreiro (PSD), sobre a requalificação da zona das Cortes Reais, pediu paciência e para aguardar pela apresentação do programa estratégico da ARU de Quarteira.----------

---

Por fim usou da palavra a Senhora **Vereadora Ana Machado**, e respondendo à questão colocada pelo Senhor Deputado Carlos Martins (BE), disse que das 45 Escola do Concelho de Loulé, só uma é que tem amianto neste momento, que é a Escola EB 2,3 Padre Cabanita, mas em breve será removido, aquando da colocação dos painéis fotovoltaicos.----------

---

Pediu a palavra o Senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, dizendo que compreende que a Senhora Vereadora Ana Machado não possa responder pelos outros equipamentos públicos municipais, e como tal, solicitou que essa informação lhe fosse facultada por escrito, porque deduz que haja mais equipamentos municipais que ainda têm este tipo de cobertura.----------

Informou também, que esteve presente no evento do CLAS, achou muito interessante, porque foram tratados muitos assuntos sérios e apresentadas algumas soluções, sobre o problema da seca, das emissões de CO^2 , da subida do nível médio do mar, e adaptação do planeamento com estas novas realidades.------

Falou também da questão da reciclagem, e do caso da ALGAR no Algarve, sugerindo um controle maior por parte da Câmara Municipal, relativamente à reciclagem.----------

---

Concluídas todas as intervenções sobre este ponto, passou-se ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos:----------

---

5-Moções;----------

Sobre este ponto, o Senhor Presidente da Assembleia começou por informar, que tinha chegado à Mesa da Assembleia, um "**Voto de Pesar pelo Falecimento do**

cidadão e Deputado Municipal Hermes Alberto", apresentado pelo Grupo Municipal do PS.----------

---

Foi dada a palavra ao Senhor **Deputado Abel Matinhos (PS)**, dizendo que este talvez fosse o dia mais triste, neste mandato, para a Assembleia Municipal, passando de seguida à leitura do **"Voto de Pesar pelo Falecimento do cidadão Hermes Alberto"**, o qual se encontra anexo e faz parte integrante desta Ata.----

---

Pediu a palavra o Senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, dizendo que Bloco de Esquerda, estava solidário com o Voto de Pesar apresentado pelo Grupo Municipal do PS, considerando uma grande perda para a comunidade local de Almancil e para Loulé, referindo que Hermes Alberto era um bom homem, solidário, amante de causas, e que deixa um grande património na área da intervenção social, era um companheiro desta Assembleia, pessoa que primava pelo respeito mútuo, pela diferença de opinião e conciliador. De seguida endereçou à família o seu profundo pesar pelo falecimento, de uma pessoa por quem nutria um grande respeito e admiração, particularmente pelo trabalho desenvolvido em torno das questões sociais, e da solidariedade, em prol da comunidade e dos mais carenciados, "Até Sempre Hermes!".----------

---

Foi dada a palavra ao Senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, dizendo que o PSD manifesta também o seu enorme pesar pela perda deste ser humano, e deste colega, companheiro aqui nesta Assembleia, e sobretudo, pela enorme tristeza de perdermos alguém que se dedicou tanto à causa pública e causa cívica, manifestando também à família o seu profundo pesar.----------

---

O Senhor **Presidente da Assembleia**, disse que podia interpretar o grande consenso à volta desta homenagem ao colega desta Assembleia Municipal, e por isso, tal como o próprio Voto de Pesar apresentado pelo PS propõe, e por aquilo que todos sentem, será feito de seguida, 1 minuto de silêncio, em homenagem ao Senhor Deputado Hermes Alberto.----------

---

Após 1 minutos de silêncio, o Senhor **Presidente da Assembleia**, agradeceu a todos a homenagem, e dando continuidade à Ordem de Trabalhos, passou à **Recomendação** do Grupo Municipal do PSD - **"Descentralizar as reuniões da Assembleia Municipal para uma melhor cidadania e para combater os elevados níveis de abstenção"**, dizendo que como todos os Senhores Deputados tinham tido conhecimento, foi apresentada uma versão no debate da preparação desta Sessão, numa reunião informal da Comissão Permanente, e como Presidente da Assembleia Municipal, disse que esta matéria, entra no âmago do

funcionamento e do papel da Assembleia Municipal, situação também prevista no Regimento da Assembleia Municipal, e nessa reunião, foi feito um grande esforço por parte de todos os Grupos Municipais, para se conseguir uma redação que merecesse o consenso de todos, e é essa redação que vem aqui hoje a plenário.---

---

Foi dada a palavra ao Senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, representante do Grupo Municipal proponente desta Recomendação, que disse que o PSD não traz nada de novo, apenas pretende efetivar o sentido de responsabilidade, e dos anseios de muitas pessoas, e nesse sentido, o que o PSD fez, foi tornar isso em prática efetiva, e a verdade é que muitas vezes é debatido o elevado fosso que existe entre eleitores e eleitos, entre políticos e população, e isso contata-se no enorme absentismo que têm caracterizado as últimas eleições, pelo que, o PSD Loulé pensa que se deve passar da teoria à prática, e fazer com que o fosso existente se esbata, e trouxe à Assembleia Municipal esta Recomendação, para que as Sessões desta Assembleia, fossem descentralizadas, de uma forma alternada, em cada uma das Freguesias do Concelho, para que a decisão e a participação esteja mais perto dos eleitores, e de forma a combater também o abstencionismo, e incentivar a participação cívica, e desta forma, gostariam que parte ou a maioria dos Grupos Municipais, estivessem em consonância neste assunto com o Grupo Municipal do PSD.----------

---

De seguida interveio o Senhor **Deputado Carlos Costa (PS)**, dizendo que face às Reuniões que têm havido da Comissão Permanente sobre esta matéria, onde este assunto do PSD, passou de uma Moção a uma Recomendação, contudo, disse que a prática das Reuniões da Assembleia Municipal no exterior, a sua deslocalização, tem sido uma prática do Partido Socialista, fê-lo em vários mandatos há décadas atrás, e nesta legislatura, no primeiro e segundo mandato, também tem vindo a fazer, assim aconteceu em Boliqueime, Quarteira, Almancil e Ameixial, e nestas circunstâncias, esta Recomendação do PSD, é inoportuna, porque é uma prática já existente, e de matriz dos Executivos do Partido Socialista, e neste pressuposto, considera que, até o anúncio do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, de até ao do mandato, propor um calendário de agendamento de Sessões desta Assembleia, em Freguesias, em que se entenda fazer, leva-o a dizer, que esta Recomendação do PSD, não faz sentido, parecendo que tem outro objetivo, e como tal, disse que pessoalmente, concorda com as Sessões no exterior, fora da Sede, mas quanto a esta Recomendação do PSD, considera-a inoportuna, e por isso sugeriu que a mesma fosse retirada.----------

---

Seguidamente, foi dada a palavra ao Senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, dizendo que em relação a esta Recomendação do PSD, gostava que fossem

acrescentadas algumas coisas, e referindo-se ao 3.º parágrafo, disse que devia ser considerado, "seja nas Freguesias, seja na Assembleia Municipal, ou seja na Câmara Municipal", e no ponto 1, seria de acrescentar "assumida que sejam as condições de dignidade, logística e de acessibilidade, e em que as mesmas sejam marcadas com a antecedência necessária e amplamente divulgadas nas Juntas de Freguesia e Assembleias Municipais", quanto ao documento em si, disse que esta proposta, junta duas situações que desta forma poderão estar interligadas, pretendendo-se levar o Poder, neste caso Deliberativo, a influenciar a participação dos cidadãos na vida politica, e pública, e como tal, contribuir para combater a fraca participação nos atos eleitorais. Acrescentou também, que descentralizar as Reuniões é fácil, e depende somente do cumprimento do artigo 36.º do Regimento desta Assembleia, quando requerido nos termos do artigo 39.º do mesmo Regimento, e estabelecer um calendário, de forma a que até ao fim deste mandato, possamos visitar todas as Freguesias, porque de facto, melhorámos bastante, e levamos através da internet, em direto, aos cidadãos, as Sessões desta Assembleia, e o problema do combate aos elevados níveis de abstenção nos atos eleitorais, é um pouco mais complicado, e não passará somente por marcarmos Reuniões descentralizadas, ajudará certamente, mas após todas as eleições, como sempre, os Dirigentes Políticos, e o Presidente da República, ficam muito preocupados com o nível de abstenção, mas uma vez instalados no poder, rapidamente se esquecem deste problema da abstenção, e soluções para este problema, disse que não as tem, mas que seria bom, que os políticos prometessem menos e fizessem mais, que o poder estivesse mais perto dos cidadãos, que agilizassem e alterassem procedimentos, que contribuam para ajudar a resolver as solicitações, que o método eleitoral fosse alterado, cadernos atualizados, e o sistema de voto mais fácil, voto eletrónico. Referiu que o Bloco de Esquerda, está a favor desta proposta, porque reflete o Regimento, e porque há a necessidade de dar cumprimento ao Regimento, o Partido Socialista, considera que não era necessária esta Recomendação, e que tudo se faria na mesma, pois caberá então ao Plenário, decidir e aos Grupos Municipais, assumirem responsabilidades.----------
---

Também pediu a palavra o Senhor **Deputado Fernando Santos (Independente)**, dizendo que estava de acordo com esta proposta, contudo, acha que os considerandos não são razão de causa deste assunto, pois nas últimas eleições legislativas, estavam inscritos cerca de 10, 8 milhões de cidadãos, os residentes em Portugal, dados da PORDATA, em 2018, eram de 10,3 milhões de cidadãos, e se retirarmos 1,4 milhões de inscritos no Estrangeiro, ficamos com 9,4 milhões de cidadãos votantes residentes em Portugal, isto quer dizer, que só temos 900.000 alunos em Portugal? Não acredita destes números. Terminando a sua

intervenção, disse que no Litoral, é que há muita abstenção, e é o Litoral que cria riqueza, é onde as pessoas são mal pagas, e no nosso caso, o Concelho de Loulé, não atribui Creches, Habitação, nem nada, e se calhar era por aqui que devíamos começar, e era por aqui que nos devíamos preocupar em relação aos números da abstenção.----------

---

De seguida pedia a palavra o Senhor **Deputado Hugo Nunes (PS)**, dizendo que sobre os considerandos políticos sobre o conteúdo, referiu que sobre esta Recomendação do PSD, questiona a sua admissibilidade para a discussão, pois ela não identifica a quem se dirige, e no seu entender, julga que isso faz com que a sua apreciação fique logo condicionada, e também gostava de saber, podendo o Senhor Presidente da Assembleia ler o artigo 36.º do Regimento desta Assembleia, pudesse dizer o que é que justifica esta Recomendação, porque não percebeu.----------

---

Respondendo ao Senhor Deputado Hugo Nunes (PS), o Senhor **Presidente da Assembleia**, esclareceu que é evidente que esta questão se resolve de duas maneiras, ou nós a resolvemos, ou nós não a resolvemos, é muito simples, e que esta Recomendação, obviamente é uma Recomendação à Mesa da Assembleia, porque é a Mesa que conduz e que toma esta decisão, não se trata de uma Recomendação ao Executivo Municipal, e isso é obvio, mas que acima da Mesa da Assembleia, está o Plenário, e acima do Presidente da Assembleia Municipal, está o Plenário, e se quiserem a sua opinião sobre esta matéria, disse que em termos práticos, é uma Recomendação que do ponto de vista da Mesa, não traz qualquer problema, só pode trazer mais conforto. ----------

---

Foi dada a palavra ao proponente desta Recomendação, **Deputado Mário Botelho (PSD)**, que disse, após ter ouvido as considerações da Bancada do PS, disse que fica deveras preocupado, com a postura do Grupo Municipal do PS, e sobretudo, preocupado com o espirito de democracia do PS, que agora está a recuar, afinal do que é receia o PS? No entanto, disse que ainda tinha ficado mais preocupado, com o líder do Grupo Municipal do PS, quando por um lado, enaltece, valoriza, preconiza que o PS já tem levado a várias Freguesias do Município, as Sessões da Assembleia Municipal, e que enaltece o seu valor, mas por outro lado, diz que não quer, ora isto é uma incongruência total do seu raciocínio e da sua linguagem, que reflete e pauta o discurso da Bancada do PS, e isto também se tem visto no confronto das ideias do PS, com os munícipes, porque o Senhor Deputado Carlos Costa (PS), também não apoiava, a transmissão das Sessões da Assembleia em direto, o que mostra que tem receio da população, e de manifestar as suas ideias, e as ideias do Partido Socialista, porque acha que eventualmente poderão ser

ofensivas, terminando a sua intervenção, disse que é uma responsabilidade de todos, aplicar o que está contemplado no Regimento desta Assembleia no artigo 36.º, nada mais simples, nada mais coerente, do que conseguirmos levar perto dos eleitores, dos que são mais interessados nas decisões que são proferidas nesta Assembleia.----------

---

Foi dada novamente a palavra ao Senhor **Deputado Carlos Costa (PS)**, dizendo que o Senhor Deputado Mário Botelho (PSD), não tem categoria para fazer julgamentos de carácter, porque quem tem feito diversas vezes marcha atrás, do que é combinado nas reuniões da Comissão Permanente e depois aqui muda de opinião, tem sido o Senhor Deputado do PSD, tendo contado pelo menos já 3 vezes, e no que toca ao assunto das transmissões televisivas e nas Sessões da Assembleia, disse que tinha definido prioridades, como o quadro de contagem de tempos, para as Bancadas se conseguirem orientar no decorrer dos trabalhos, e a circunstância da mobilidade e de um conjunto de questões que são necessárias nesta Assembleia, e o Senhor Deputado do PSD, está a fazer acusações sem nexo, tal como esta Recomendação, porque citou e bem o artigo 36.º, em que já está previsto, e já tem sido feito pelo PS, ao contrário do PSD, porque não se lembra de ter sido feita pelo PSD, alguma Sessão descentralizada, em 40 anos de democracia, e enquanto estiveram no poder.----------

---

O Senhor **Presidente da Assembleia**, disse que era claro que, independentemente do que está aqui, do ponto de vista do Presidente da Assembleia, e do ponto de vista da Mesa, é claro aquilo que se pede, há um compromisso de ir até ao final do mandato a todas as Freguesias, e tudo visto e ponderado, julga que este assunto já está esclarecido, apesar de não estarem todos de acordo, pelo que, iria de seguida passar à votação da Recomendação do PSD.----------

---

Foi colocada à votação a **Recomendação** do Grupo Municipal do PSD - **"Descentralizar as reuniões da Assembleia Municipal para uma melhor cidadania e para combater os elevados níveis de abstenção"**, tendo a mesma sido **votada e aprovada por maioria**, com 19 votos a favor, 4 votos contra e 11 abstenções.----------

---

Pediu a palavra o Senhor **Deputado Calçada Correia (PS)**, para fazer uma **Declaração de Voto**, dizendo que se absteve nesta votação, porque considera que esta Recomendação não tem qualquer cabimento, não acrescenta nada e é redundante, porque já é pratica nesta Assembleia, nos mandatos do PS, descentralizar as Sessões e para além disso, há um conjunto de Sessões que não

podem ser descentralizadas, devido aos meios técnicos, nomeadamente, a Prestação de Contas, o Orçamento, e algumas Temáticas, as quais muitas vezes recorrem à projeção de documentos, para que haja qualidade na sua apreciação.--

---

Pediu também a palavra o Senhor **Deputado Hugo Nunes (PS)**, para fazer uma **Declaração de Voto**, dizendo que as principais motivações por ter votado contra o documento que foi apresentado pelo PSD, porque era redundante, era inconsequente naquilo que pretendia ter, a não ser, que fosse aquilo que acabámos por confirmar que era, que era uma proclamação demagógica, de um Partido Politico, que nesta Assembleia não tem histórico democrático que sustente uma diferenciação neste campo, em 30 anos, dirigiu esta Assembleia em 16 anos, enquanto o PS dirigiu 14 anos, e o Grupo Municipal do PS já realizou o triplo de Sessões Descentralizadas, do que aquelas que o Grupo Municipal do PSD realizou, pelo que, da sua parte, não admite lições sobre Descentralização por parte do PSD. Referiu também, que o Regimento da Assembleia Municipal, define claramente no seu artigo 36.º, que a Mesa, o Presidente da Assembleia, têm a capacidade, ouvindo a Comissão Permanente, de agendar Sessões Descentralizadas, para onde achar mais conveniente, e incluindo e definindo a agenda de acordo com o que achar mais conveniente, como tal, esta Recomendação, do ponto de vista prático, era uma inutilidade, e do ponto de vista politico, era uma manobra de demagogia pura, e com este tipo de manobras de demagogia do PSD, não alinha, nem pode votar a favor delas.----------

---

Também pediu a palavra o Senhor **Deputado Abel Matinhos (PS)**, para fazer uma **Declaração de Voto**, dizendo que se absteve nesta votação por um motivo em concreto, é que o PSD deveria ter vergonha, porque foi ver o programa eleitoral do PS, vai ver o que o PS está a cumprir, e depois apresenta uma Recomendação como se fosse do PSD, e faz das suas palavras, as palavras ditas pelos seus companheiros da Bancada do PS, e considera que esta Recomendação, nunca deveria ter sido admitida, tendo em conta que é algo que já está a ser feito.------

---

Usou também da palavra a Senhora **Deputada Helena Baptista (PS)**, para fazer uma **Declaração de Voto**, dizendo que se absteve nesta votação, porque não lhe parece que esta Recomendação do PSD seja necessária, e parece-lhe que se trata de uma situação, que acaba por estruturar e obrigar a que as Sessões da Assembleia, se realizassem de forma alternada, e que deixa de ter a flexibilidade de decisão da Mesa e do Presidente da Assembleia, de marcar quando for oportuno, quando tiver sentido, para a Freguesia onde efetivamente deve ser realizada a Sessão, e impor uma alternância a estas Sessões, no seu entender, parece-lhe excessivo e demasiado estruturante, e depois se não for

cumprido, coloca-se um problema, devido ao facto de não estar a ser cumprido algo votado nesta Assembleia, e desta forma, disse que não podia concordar com o texto desta Recomendação, sobretudo o texto das duas partes finais, com as quais não concorda, e por isso se absteve.----------

---

Pediu igualmente a palavra o Senhor **Deputado Marco Ferreira (PS)**, para fazer uma **Declaração de Voto**, dizendo que para que se conste em Ata, vai elencar as principais razões da sua decisão de voto, começando por dizer que a Recomendação do PSD, é redundante, peca por ser tardia, não acrescenta nada de novo aos trabalhos desta Assembleia, condiciona eventualmente, a decisão desta Câmara, em futuras decisões de deslocalização da Assembleia, e é uma ação que faz jus aquele velho ditado que diz "olha para o que eu digo, não olhes para o que eu faço".----------

---

Também pediu a palavra o Senhor **Deputado João Guerreiro (PSD)**, para fazer uma **Declaração de Voto**, pela matéria das anteriores Declarações de Voto, que no seu entender, é que são de pura demagogia politica, porque o PSD só poderia apelar a um voto positivo, porque esta Recomendação do PSD, visa sobretudo o aprofundamento da democracia, pois o PSD é um dos Partidos Políticos fundadores da democracia, dando excelentes exemplos do não uso da demagogia politica, como faz habitualmente o PS nesta Assembleia, e nesta caso, o PSD ao serviço da sua comunidade, quer que sejam efetuadas Sessões da Assembleia, descentralizadas, para o aprofundamento da democracia, pelo menos em metade das suas Sessões, e esse é o objetivo fundamental do PSD nesta Recomendação, em prol, de que um maior número possível de cidadãos, venham a nós e que a democracia também chegue aos cidadãos.----------

---

Pediu também a palavra o Senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, para fazer uma **Declaração de Voto**, dizendo que o BE, essencialmente votou a favor desta Recomendação do PSD, porque o Bloco de Esquerda, é a favor da aproximação cada vez maior entre eleitores e eleitos, e também é a favor da descentralização, em tudo, e por outro lado, disse que o BE, não compreende, como é que certos Deputados se escondem atrás de justificações administrativas, puramente administrativas, para não dizer demagógicas, e não aprovaram um documento, que tem como finalidade, reforçar o poder da Mesa, e definir critérios para o futuro, porque uma coisa é dizer-se que de facto está contemplado no artigo 36.º do Regimento, mas depois não se passar à prática do mesmo, e assim, o Plenário reforçou hoje, nesta Sessão, este artigo.----------

---

Terminadas todas as intervenções, e terminado este ponto da Ordem do Dia, o Senhor **Presidente da Assembleia** retomou a Ordem de Trabalhos, passando ao ponto seguinte:----------

---

6-Período da Ordem do Dia;----------

Neste ponto, o Senhor **Presidente da Assembleia**, informou que o Senhor **Deputado Fernando Santos (Independente)**, apresentou à Mesa um **Requerimento**, para que as alíneas f) e g), da Ordem do Dia, fossem as duas primeiras alíneas sujeitas a discussão, devido ao facto, destes assuntos terem sido adiados nas últimas Sessões, e que muito provavelmente por constarem no fim, também não seriam apreciados nesta Sessão.----------

---

Seguidamente, o Senhor **Presidente da Assembleia**, passou à **votação do Requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Fernando Santos (Independente), propondo a alteração da ordem das alíneas f) e g)**, para o inicio da discussão no Período da Ordem do Dia, tendo o mesmo sido **votado e rejeitado.**----------

---

Prosseguindo a Ordem de Trabalhos, o Senhor **Presidente da Assembleia** passou ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos:----------

---

a)- Proposta 1/2020- Deliberação relativa à **Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Quarteira - Programa Estratégico de Reabilitação - Abertura de Período de Discussão Pública**, de acordo com o n.º 4 do artigo 17.º do Regime Jurídico de Reabilitação Urbana; [**Proposta da Câmara Municipal n.º 1713**-2019];----------

---

Para falar sobre esta proposta, foi dada a palavra à Senhora **Vereadora Heloísa Madeira**, tendo esta dito, que a Técnica da Câmara, Arquiteta Sofia Pontes, iria proceder à apresentação desta proposta.----------

---

Foi concedida a palavra à **Arquiteta Sofia Pontes**, que procedeu à apresentação e projeção em PowerPoint desta proposta, dizendo que a mesma se tratava da Aprovação do Plano Estratégico da Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Quarteira. Falou da Área delimitada, do que englobava, da análise que foi feita e do levantamento que a Câmara, em que se concluiu que 6% necessita de uma intervenção profunda, e que o uso habitacional é o mais representativo. Referiu também que este Plano Estratégico, tinha quatro pontos que serviram de base para o seu desenvolvimento, o primeiro de reintegrar o Centro Histórico no

tecido da cidade de Quarteira, o segundo de promover a articulação territorial dos núcleos de Quarteira e Vilamoura, o terceiro o de promover o núcleo de Vilamoura como destino turístico, e o quarto de impulsionar o processo de regeneração urbana. Disse também, que a ideia base, é que o Centro Antigo, fique ligado à frente Mar, e que foi feito em levantamento de todo o edificado, e que relativamente aos edifícios com interesse patrimonial, e que vão constituir uma ponte chave para esta união, foram identificados, o antigo Mercado da Fruta e o antigo Casino, e que vão fazer parte desta ligação da Frente Marítima ao Núcleo Antigo em redor da Igreja, e em relação ao espaço público, referiu, o Largo 1.º de Maio, o Largo da Nossa Sra. da Conceição, o Largo Afonso de Albuquerque e o Largo das Cortes Reais, e que neste centro histórico, de facto o espaço público era muito diminuto, e o edificado muito denso, e que estruturas de estacionamento também fazem parte deste Plano Estratégico, uma ação que já teve inicio com a construção do Parque de Estacionamento junto ao Centro Autárquico. Disse que a operação escolhida é de uma reabilitação urbana sistemática, que corresponde a uma intervenção integrada de reabilitação urbana, de uma área dirigida à reabilitação do edificado, à qualificação das infraestruturas, dos equipamentos e dos espaços verdes e urbanos, de utilização coletiva, visando a requalificação e revitalização do tecido urbano, associado a um programa de investimento público, e que a estimativa de investimento público é de cerca de 8 milhões de euros, e a estimativa de investimento privado em cerca de 6 milhões de euros, e que foi definido como prazo de execução cerca de 8 anos, em que a Entidade Gestora é o Município de Loulé.----------

---

Seguidamente foi dada a palavra à Senhora **Vereadora Heloísa Madeira**, que quis dar ainda uma breve nota sobre esta proposta, dizendo que esta proposta tem por base a definição de uma operação de reabilitação urbana sistemática, e que inclui um programa de investimento público e que a grande diferença de uma ORU sistemática de uma ORU simples, é exatamente esta, é que as ações de reabilitação dos edifícios nas ORU's simples, devem ser preferencialmente realizadas pelos proprietários e nas ORU's sistemáticas, como esta, para além dos deveres de reabilitação que são inerentes aos proprietários, devem ser ativamente promovidas pelas respetivas Entidades Gestoras, neste caso a Câmara Municipal de Loulé, e por isso mesmo, têm associados instrumentos que musculam a atuação e a possibilidade de atuação no território por parte destas Entidades, como a venda forçada de imóveis e expropriação.----------

---

Pediu a palavra o Senhor **Deputado Fábio Nobre (PS)**, dizendo que tinha ficado com uma pequena dúvida, à qual pretendia esclarecimentos, que era sobre uma rede viária que ligaria a frente Mar e o local onde está previsto o novo Centro

Cultural de Quarteira, compreendido entre as Ruas 25 de Abril e Vasco da Gama, e como neste momento a Rua Vasco da Gama não tem trânsito, está então previsto que volte a ter trânsito?----------

---

Também pediu a palavra o Senhor **Deputado Fábio Bota (PSD)**, que sobre a atuação musculada por parte da Câmara Municipal, como a venda de imóveis forçada e a expropriação, disse que ficou muito preocupado e questionou o Executivo sobre quais iriam ser os critérios para aplicar estas medidas, e ainda, sobre as infraestruturas de saneamento básico, vai haver algum cabimento por parte da Câmara Municipal nesta zona ou não? Ou vai ficar tudo como está?------

---

De seguida foi dada a palavra ao Senhor **Deputado Hugo Nunes (PS)**, dizendo que gostara de dar conhecimento, de que este assunto foi um dos assuntos discutidos na Comissão Especializada de Ordenamento do Território, em Dezembro, foi objeto de uma apresentação por parte da Câmara Municipal, muito semelhante à que foi hoje feita, e que houve oportunidade nessa reunião, dos Grupos Municipais, apresentarem um conjunto muito alargado de questões, sendo que a Comissão entendeu que estando este assunto, no momento em que vai ser aprovada é a abertura de discussão pública do Programa Estratégico, entendeu que não era o momento para produzir um relatório da Comissão, mas um momento para aprofundamento do conhecimento dos Membros da Comissão sobre o assunto, e ao exemplo daquilo que acontecerá a seguir com o Programa Estratégico de uma das ARU's de Loulé, a Comissão nessa altura, depois de decorrida a discussão pública, emitirá um relatório sobre o resultado da discussão púbica sobre o Programa Estratégico.----------

---

Usou de seguida a palavra o Senhor **Deputado Fernando Santos (Independente)**, questionando sobre qual será a forma de intervenção da Câmara junto dos privados, já se percebeu que pode adquirir prédios, e será que também vai remodelar os prédios, ficando a explorá-los e posteriormente depois de ressarcida, devolver aos proprietários? Parece-lhe ser uma coisa muito complicada, mas gostaria de saber se as coisas poderão chegar a esse ponto, e gostaria de saber também, qual será a panóplia que pode revestir e ser feita pela Câmara, nesta questão das recuperações de imóveis.----------

---

Foi dada a palavra ao Senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, dizendo que, como se trata de uma proposta que vai agora para discussão pública, e que posteriormente voltará a esta Assembleia para aprovação, o Bloco de Esquerda não iria agora pronunciar-se sobre o essencial da proposta, tanto mais que na proposta seguinte da Ordem do Dia, em que é exatamente o mesmo processo,

sobre a zona histórica de Loulé, e aí nesse ponto irá aprofundar um pouco mais, referindo que, no entanto, o BE está de acordo com esta proposta.----------

---

Também pediu a palavra o Senhor **Deputado João Guerreiro (PSD)**, começando por agradecer esta proposta alargada, e que em período de discussão pública, o PSD tentará apresentar algumas propostas, que poderão melhorar este Plano, colocando alguns elementos que julgam pertinentes, como a questão do eventual enquadramento, para construção ou reconstrução, colocar no mercado do arrendamento, que será uma mais valia para os problemas de alojamento, ou para melhorar as condições de alojamento de Quarteira. Referiu que, eventualmente a área deste Plano, poderia ter sido um pouco mais ampla, contudo, deu os parabéns ao Executivo Municipal, reforçando que o PSD dará o seu contributo para que este projeto possa ainda ser melhorado, se tal for possível.----------

---

Para esclarecer algumas questões colocadas, a Senhora **Vereadora Heloísa Madeira**, pediu à Arquiteta Sofia Pontes que o fizesse, pois tem mais capacidade para o fazer porque está dentro desta matéria.----------

---

Respondendo ao Senhor Deputado Fábio Nobre (PS), a **Arquiteta Sofia Pontes**, disse que se trata de eixos, não são eixos viários, mas sim de desenvolvimento, são eixos de união, Quarteira nasce nestes dois pontos, junto à Igreja e junto ao Mar, ou seja, a ideia é que o eixo junto ao Mar, e o eixo da Vasco da Gama, o da Igreja, e o da 25 de Abril, sejam os pontos de união e os pontos de desenvolvimento deste Programa Estratégico, e não serão eixos viários, quanto muito, irão tornar-se cada vez mais pedonais.----------

---

Respondendo às outras questões colocadas pelos Senhores Deputados, a Senhora **Vereadora Heloísa Madeira**, começou por dirigir-se ao Senhor Deputado Fábio Bota (PSD), dizendo que era difícil para si, tentar implementar um Programa Estratégico, sem lançar mão dos mecanismos que a própria Lei permite lançar mão, ou seja, entre ter um Plano Estratégico sem instrumentos para executá-lo e levá-lo a bom porto, isso não passará do papel, e o que se pretende, é levar este Programa Estratégico a bom porto, e o que se pretende com um Programa Estratégico e com uma ARU sistemática, é exatamente ter à disposição estes mecanismos todos, o que não quer dizer que sejam todos utilizados, mas sim que estão à disposição, e por isso, há o empenho do Executivo do Município de Loulé, no investimento público que é necessário no espaço público, e é preciso ter ao dispor mecanismos coercivos, não são desejáveis, mas necessários para se concretizarem estas operações. E respondendo também ao Senhor Deputado Fernando Santos (Independente), disse que estes mecanismos são de facto

necessários, e só serão usados de caso para caso e não se quer dizer que sejam todos utilizados, só serão utilizados se forem mesmo imprescindíveis, e por isso se optou por uma ARU sistemática, porque deixa a Câmara muito mais descansada, porque o que se pretende é que estes espaços sejam mesmo reabilitados, e que haja uma intervenção, e empenho muito forte, do Município e dos munícipes, na reabilitação destes espaços, em todos eles e nos eixos referidos pela Arquiteta Sofia Pontes, e a Câmara só irá agir coercivamente junto dos privados, se eles não aderirem a este movimento, porque esta ARU de Quarteira, é essencialmente habitacional, e apenas 6% desse edificado, é que necessita de uma intervenção profunda.----------

---

Terminada a intervenção da Senhora Vereadora Heloísa Madeira, o Senhor **Presidente da Assembleia**, clarificou que o que a Câmara Municipal pretende com esta proposta, é a aprovação do envio à Assembleia Municipal para Abertura do Período de Discussão Pública, e em termos deliberativos, esta Assembleia irá pronunciar-se mais tarde, depois da Discussão Pública, quando a proposta vier devidamente ponderada, e hoje o que se pretende votar e aprovar é apenas o envio para Discussão Pública, por parte da Câmara, durante um período de 22 dias.----------

---

a)- Proposta 1/2020- Deliberação relativa à **Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Quarteira - Programa Estratégico de Reabilitação - Abertura de Período de Discussão Pública**, de acordo com o n.º 4 do artigo 17.º do Regime Jurídico de Reabilitação Urbana; [**Proposta da Câmara Municipal n.º 1713**-2019], **foi votada** e **aprovada por unanimidade**.----------

---

Prosseguindo a Ordem de Trabalhos, passou-se à discussão da alínea seguinte:---

---

b)- Proposta 2/2020- Deliberação relativa à **Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Loulé - Bairros da Graça, Alto de S. Domingos e S. Francisco - Documento Final do Programa Estratégico da Operação de Reabilitação Urbana Sistemática na Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Loulé**, de acordo com o n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de Outubro, alterado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de Agosto; [**Proposta da Câmara Municipal n.º 1946**-2019];----------

---

Para apresentar esta proposta, foi dada a palavra à **Arquiteta Sofia Pontes**, que começou por dizer que a Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Loulé, Bairros da Graça, Alto de S. Domingos e S. Francisco, também foi delimitada em 2016, o Período de Discussão Público foi entre 23 de Outubro e 22

de Novembro de 2019, não foi registada nenhuma participação ou reclamação, e recebeu da parte do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana um Parecer favorável, trata-se de um Programa Estratégico, após o período de discussão pública, e vem a esta Assembleia para ser aprovado, o documento final, para ser publicado. Disse que esta Área, inclui estes 3 Bairros, e que é também uma Operação Urbana Sistemática, em que se estima que o investimento público seja na ordem dos 13 milhões de euros, com um prazo de execução também de 8 anos, em que a Entidade Gestora é o Município de Loulé.----------

---

De seguida a Senhora **Vereadora Heloísa Madeira**, informou o Senhor Presidente da Assembleia, que por lapso, não referiu que as propostas das alíneas b) e c), teriam que ser votadas em conjunto, porque uma depende da outra, e porque devido ao atraso nos prazos, nomeadamente durante 2019, é necessário a reaprovação da delimitação desta área, pois a aprovação da delimitação da Área foi aprovada em 2016 e só vigora por 3 anos, e como já estamos em 2020, é necessário uma reaprovação da Área de Delimitação para por em prática este Programa Estratégico.----------

---

O Senhor **Presidente da Assembleia**, esclareceu então, que as propostas 2/2020 e 3/2020, das alíneas b) e c), devem ser analisadas em conjunto, apesar de serem depois votadas separadamente, mas que ambas estão interligadas.----------

---

Pediu a palavra o Senhor **Deputado Hugo Nunes (PS)**, dizendo que a Comissão Especializada de Ordenamento do Território, analisou este documento, na mesma reunião em Dezembro, onde analisou o documento anterior de Quarteira, foi apresentado ao Executivo e produzido um Relatório que é da responsabilidade do Grupo Municipal do CDS, e na pratica o que o Relatório fazia, era o que foi o historial do processo, referindo que no período de discussão pública, não tinha sido apresentada nenhuma contestação, nem contributo, e que de acordo com o que foi apresentado, os Deputados encontravam-se em condições de discutir e aprovar em Plenário.----------

---

Usou também da palavra o Senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, dizendo que durante a apresentação desta proposta no âmbito da Comissão Permanente, o BE já se tinha pronunciado, de que esta proposta vai ao encontro daquilo que o BE tem vindo a reclamar, que são os Programas de Reabilitação Urbana, essencialmente para reabilitar zonas, e também para criar bolsas de habitação para serem colocadas no mercado de arrendamento, concordando com a área definida em causa, assim como o procedimento escolhido, pois só assim haverá alguma garantia de sucesso, para a reabilitação do edificado, da maioria das

infraestruturas e dos espaços verdes e urbanos, associados a um grande investimento público, superior a 8 milhões de euros, e do cumprimento do programa, agora apresentado, por um período de 8 anos. Este procedimento dá poderes administrativos excecionais ao Município, e espera-se que os proprietários dos edifícios se envolvam, e contribuam para resolver o problema grave habitacional, que se vive atualmente no Concelho de Loulé, e para isto, os proprietários vão receber uma serie de incentivos municipais e isenções de licenciamento, às ações de reabilitação, assim como benefícios fiscais, a nível de IMI e IMT, redução de IVA, IRS, e mais valias, pelo que, o BE está inteiramente de acordo com a proposta e espera que avance o mais rápido possível.----------

---

Não havendo mais intervenções sobre as duas propostas, o Senhor **Presidente da Assembleia**, passou de seguida à votação das mesmas, separadamente:----------

---

b)- Proposta 2/2020- Deliberação relativa à **Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Loulé - Bairros da Graça, Alto de S. Domingos e S. Francisco - Documento Final do Programa Estratégico da Operação de Reabilitação Urbana Sistemática na Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Loulé,** de acordo com o n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de Outubro, alterado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de Agosto; **[Proposta da Câmara Municipal n.º 1946-2019], foi votada e aprovada por unanimidade.**----------

---

c)- Proposta 3/2020- Deliberação relativa à **Reaprovação da Delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Loulé - Bairros da Graça, Alto de S. Domingos e S. Francisco**, de acordo com o publicado no Diário da República, 2.ª Serie, n.º 232 de 05/12 no Aviso n.º 15224/2016; **[Proposta da Câmara Municipal n.º 145-2020], foi votada e aprovada por unanimidade.**----------

---

Dando seguimento aos trabalhos, o Senhor **Presidente da Assembleia**, passou à alínea seguinte:----------

---

d)- Proposta 4/2020- Deliberação relativa à **Alteração do Regulamento das Hortas Sociais de Loulé, ora designado "Regulamento das Hortas Urbanas do Município de Loulé" (Regulamento n.º 110/2012, de 08/03 - DR, 2.ª Série, n.º 89)**, ao abrigo do artigo 241.º, conjugado com o n.º 7, do artigo 112.º da Constituição da República Portuguesa, do artigo 136.º do Código do Procedimento Administrativo e, nos termos do disposto nas alíneas k) e u) do n.º 1, do artigo 33.º, conjugado com o vertido nas alíneas d), h) e k), do n.º 2, do artigo 23.º do

anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua redação atualizada e posterior publicação; [**Proposta da Câmara Municipal n.º 53**-2020];----------

---

Para apresentar esta proposta, foi dada a palavra ao Senhor **Vice-Presidente, Pedro Pimpão**, que disse que o grande objetivo desta proposta é passar de Hortas Sociais para Hortas Urbanas, com a abrangência do Município, abrangendo também a questão da formação e pedagogia, integradas na estratégia municipal de adaptação às alterações climáticas, sendo esta uma dessas medidas, que já foi a discussão pública, não teve contributos, e como tal, está hoje nesta Sessão, para discussão e aprovação final deste Regulamento.----------

---

Pediu a palavra o Senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, dizendo que após a análise deste documento, só viu uma alteração, substituição da palavra "Sociais" por "Urbanas", contudo, chamou a atenção para o facto do documento não ter acompanhado a proposta da Câmara em tempo útil, para que fosse feita uma análise mais aprofundada.----------

---

Não havendo questões sobre esta proposta, passou-se de seguida à votação:------

---

d)- Proposta 4/2020- Deliberação relativa à **Alteração do Regulamento das Hortas Sociais de Loulé, ora designado "Regulamento das Hortas Urbanas do Município de Loulé" (Regulamento n.º 110/2012, de 08/03 - DR, 2.ª Série, n.º 89)**, ao abrigo do artigo 241.º, conjugado com o n.º 7, do artigo 112.º da Constituição da República Portuguesa, do artigo 136.º do Código do Procedimento Administrativo e, nos termos do disposto nas alíneas k) e u) do n.º 1, do artigo 33.º, conjugado com o vertido nas alíneas d), h) e k), do n.º 2, do artigo 23.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua redação atualizada e posterior publicação; [**Proposta da Câmara Municipal n.º 53**-2020], **foi votada e aprovada por unanimidade.**----------

---

Prosseguindo a Ordem de Trabalhos, passou-se à alínea seguinte:----------

---

e)- Proposta 5/2020- Deliberação relativa à **Alteração dos Estatutos da Escola Profissional de Alte - Cooperativa de Interesse Público de responsabilidade limitada: ratificação da votação na Assembleia Geral Extraordinária de dia 19/12/2019; bem como autorizar a votação, secreta em urna, para confirmação da aceitação das alterações dos Estatutos e a votação em Assembleia Geral das alterações dos referidos Estatutos**, nos termos do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 31/84, de 21 de Janeiro, na sua versão

atualizada: [**Proposta da Câmara Municipal n.º 156-2020**];----------

---

Para apresentar esta proposta, foi concedida a palavra à Senhora **Vereadora Ana Machado**, dizendo que era urgente proceder à alteração dos Estatutos desta Cooperativa, da qual a Câmara tem 62% de participação, e adaptaram-se Estatutos de acordo com as novas exigências do novo código cooperativo, que houve uma distinção entre a Cooperativa em si, e a Escola Cândido Guerreiro, que é propriedade da Cooperativa e que até agora era o único objeto social, e que o objetivo é alargar o objeto social, entre outras coisas, como a de acabar com esta exigência relativamente à alteração dos Estatutos, que os Estatutos atuais previam que a votação fosse feita, em urna, por voto secreto, e o que foi feito, foi adaptarmos o que está previsto na Lei, no código cooperativo, e depois desta aprovação, essa referência vai desaparecer. Destacou também, a distinção entre os Corpos Sociais da Cooperativa e a Direção da Escola, e a limitação dos mandatos, a três mandatos, e ainda, a alteração do prazo do mandato para três anos, e uma nova proposta de Estatutos, que já foi aprovada e que se pede aqui a sua ratificação em suma, são estas as alterações.----------

---

Pediu a palavra o Senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, dizendo que de facto estes Estatutos da Cooperativa, são muito confusos, nomeadamente no artigo 15.º *"A Direção é o órgão de administração e representação da Cooperativa, sendo composto caso a Cooperativa tenha mais de vinte membros, por um Presidente e dois Vogais, um dos quais substitui o Presidente nos seus impedimentos ou faltas, ou caso a Cooperativa tenha até vinte membros, por um Diretor único, que designa quem o substitui nas suas faltas."*, e no seu entendimento, acha que independentemente do número de membros, sócios, cooperantes, mais ou menos vinte, deveria ser sempre representada por um colégio, por um Presidente e dois Vogais, sendo um o Tesoureiro e outro o Secretário do Presidente, não entende como é que pode uma Direção, ter um elemento único, e como é que funciona este órgão? Também no artigo 23.º, que é a forma de obrigar a Cooperativa, refere *"...para obrigar a Cooperativa em atos de mero expediente, é suficiente a assinatura do Presidente ou Diretor único"*, disse que nunca tinha visto nenhuma Cooperativa com esta exceção de poder ter só um Diretor único, numa Direção, mas se a Câmara entende que isto está de acordo com a Lei, muito bem, mas no seu entender, isto é um risco, demasiado.---

---

Para esclarecer o Senhor Deputado Carlos Martins (BE), foi dada novamente a palavra à Senhora **Vereadora Ana Machado**, dizendo que as questões referidas, são precisamente exigências do novo código cooperativo, e que se encontram vertidas, respetivamente, nos artigos 45, numero 1 e número 2, e no artigo 49, do

código cooperativo, e por isso, estão aqui precisamente porque o código cooperativo distingue e exige que assim seja.----------
---

Não mais questões, passou-se de seguida à votação da proposta:----------
---

e)- Proposta 5/2020- Deliberação relativa à **Alteração dos Estatutos da Escola Profissional de Alte - Cooperativa de Interesse Público de responsabilidade limitada: ratificação da votação na Assembleia Geral Extraordinária de dia 19/12/2019; bem como autorizar a votação, secreta em urna, para confirmação da aceitação das alterações dos Estatutos e a votação em Assembleia Geral das alterações dos referidos Estatutos**, nos termos do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 31/84, de 21 de Janeiro, na sua versão atualizada; [**Proposta da Câmara Municipal n.º 156**-2020], **foi votada e aprovada por maioria**, com 32 votos a favor (22 PS, 9 PSD e 1 Deputado Independente), e 2 abstenções (1 PS Deputado Fernando Pereira Marques, e 1 BE Deputado Carlos Martins), sendo que o Senhor Deputado do CDS, estava ausente da sala durante a votação.----------
---

Seguidamente, o Senhor **Presidente da Assembleia**, disse que iria colocar à consideração dos Senhores Deputados, a inclusão de uma proposta remetida pela Câmara Municipal, para discussão e votação, que não consta da Ordem de Trabalhos, e que tem a ver com a Adesão do Município de Loulé ao Centro de Ciência Viva do Algarve, referindo que esta proposta já tinha sido remetida pela Câmara há alguns meses, mas que tinha verificado que havia alguma incongruência nos textos, e devolveu-a à Câmara para retificação, e depois de feitas as correções, esta proposta voltou agora à Assembleia, e com um esclarecimento do Centro de Ciência Viva do Algarve, que tem a ver sobretudo com a abertura do Centro às crianças das Escolas do Município, de forma grátis, e que era uma das contrapartidas da Adesão.----------
---

Pediu a palavra o Senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, que sobre esta proposta, questionou o Executivo Municipal, sobre o valor que o Município de Loulé terá que pagar, porque é que tem que ser um valor igual ao do Município de Albufeira? Valor esse de 10.000 euros, dado como um subsidio, em que em troca desse subsidio, as crianças até ao 1.º Ciclo de Ensino, estarão isentas do pagamento de entrada no Centro, no seu entender, não sabe se fazendo bem as contas, não poderemos estar a pagar, tendo em consideração o número de crianças do nosso Município, se não estaremos a pagar mais, e uma das justificações para ser sócio desta Entidade, é ainda o pagamento também de uma

Jóia, cujo valor são 500 euros.----------

Para prestar alguns esclarecimentos sobre este assunto, foi dada a palavra ao Senhor **Vice-Presidente, Pedro Pimpão**, dizendo que a quota tem a ver com o associado, e a questão do subsidio, fazendo contas do ponto de vista financeiro, aqui não se aplica, por várias razões, primeiro porque o Centro de Ciência Viva está integrado naquilo que é a candidatura do Geoparque à UNESCO, como tal, eles próprios têm os conhecimentos científicos e técnicos, que não são contabilizados financeiramente, e por isso esse cálculo é desnecessário, nem é aplicado nesta fórmula daquilo que são as entradas dos alunos do 1.º Ciclo.--------
---

Não havendo mais questões, o Senhor **Presidente da Assembleia**, passou de seguinte à votação desta proposta:----------
---

h)-Deliberação relativa à **Proposta da Câmara Municipal de Loulé, integrar como associado a Associação "Centro de Ciência Viva do Algarve"; [Proposta da Câmara Municipal n.º 413-2019], foi votada e aprovada por unanimidade.**--
---

O Senhor **Presidente da Assembleia**, pediu, nomeadamente sobre esta proposta em concreto, a sua aprovação em minuta, assim como das restantes aprovadas nesta Sessão, tendo obtido a concordância de todos os Deputados, para este efeito.----------
---

Dando continuidade aos trabalhos, passou-se às alíneas seguintes de Apreciação:-
---

f)- Apreciação da Informação relativa à **Unidade de Execução Eixo a Norte/Nascente de Loulé e Urbanização Adjacente – Aprovação do Relatório de Análise e Ponderação das Participações recebidas no período de Discussão Pública – Aprovação da Proposta Revista da Unidade de Execução Eixo a Norte/Nascente de Loulé e Urbanização Adjacente; [Proposta da Câmara Municipal n.º 1728-2019];**----------
---

g)- Apreciação da Informação relativa à **Unidade de Execução Eixo a Norte/Nascente de Loulé e Urbanização Adjacente – Aprovação da Proposta Retificada da Unidade de Execução Eixo a Norte/Nascente de Loulé e Urbanização Adjacente; [Proposta da Câmara Municipal n.º 2024-2019].**-------
---

Sobre estas alíneas, o Senhor **Presidente da Assembleia**, disse que constavam da Ordem de Trabalhos, estas eternas Informações das alíneas f) e g), e que, sem querer baixar o nível de compromisso de discutir estes assuntos, porque até

um munícipe levantou a dúvida se o facto destas alíneas aparecerem no fim da Ordem de Trabalhos, se seria um truque para não serem discutidas, o que na realidade não é um truque, mas que devido ao facto de estar a terminar o tempo regimental para esta Sessão, e de não haver tempo suficiente para se discutir com rigor estes assuntos, propôs que os mesmos fossem incluídos na Ordem de Trabalhos da próxima Sessão, até porque esta matéria das "Unidades", levantam-lhe alguns problemas, e o conhecimento que tem das questões do planeamento de território, considera que no mínimo, têm que ser claras para os cidadãos, e a Assembleia tem que contribuir para isso, porque esta matéria é complicada.------

---

Pediu a palavra a Senhora **Vereadora Heloísa Madeira**, que como responsável por esta área e por esta proposta, disse que por considerar que esta matéria deve ser discutida, e que deve ser do conhecimento desta Assembleia, contudo, informou que estas Informações já estão completamente desatualizadas, porque foram remetidas pela Câmara em Setembro de 2019, e não foram alvo de discussão, e que daqui a 2 semanas já deverá haver uma atualização desta informação, pelo que, o Executivo virá a esta Assembleia, dar todas as explicações, mas não pode deixar de referir, que por ser uma matéria importante, é remetida Informação para conhecimento dos Senhores Deputados, até porque este assunto não é de planeamento, é de execução, e vai acontecer.---

---

O Senhor **Presidente da Assembleia**, disse à Senhora Vereadora Heloísa Madeira, que está matéria se trata de planeamento do território, porque é tal e qual como a Lei a define. E dado que há uma disponibilidade do Executivo, para atualizar estas Informações, sugeriu que as Informações fossem atualizadas e remetidas novamente para a Assembleia para serem incluídas numa futura Sessão.----------

---

A Senhora **Vereadora Heloísa Madeira**, usou novamente da palavra, dizendo que assim que se revelar pertinente, a Câmara dará todas as informações sobre esta matéria, porque estas Informações que estão na Ordem de Trabalhos desta Sessão, foram deliberações da Câmara, que foram comunicadas a todos os intervenientes.----------

---

O Senhor **Presidente da Assembleia**, disse que já tinha percebido, e que esta matéria voltará a constar da Ordem de Trabalhos da próxima Sessão, se vier nova Informação atualizada será discutida, se não vier, será esta que será discutida.----------

---

Seguidamente o Senhor **Presidente da Assembleia**, deu por terminada a Sessão, e nada mais havendo a registar, foi lavrada a presente Ata, que depois de discutida e aprovada será assinada nos termos legais e regimentais.----------

---

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA_____

A 1ª SECRETÁRIA_____

A 2ª SECRETÁRIA_____

Assembleia Municipal de Loulé
Nº Entrada 123
03/02/2020

A Assembleia Municipal de Loulé manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento do Cidadão Hermes Alberto

A Assembleia Municipal de Loulé manifesta publicamente o seu mais profundo pesar pelo falecimento do Hermes Luís de Brito Alberto, simultaneamente, Presidente da Assembleia de Freguesia de Almancil, deputado na Assembleia Municipal de Loulé e Presidente da Associação Social e Cultural de Almancil (ASCA), ocorrido no passado dia 30 de janeiro, vítima de doença súbita, em plenos Paços do Concelho, enquanto aguardava para a celebração de uma escritura relacionada com a referida Instituição de Solidariedade Social da qual era Presidente.

Hermes Alberto nasceu há 68 anos em Almancil e a sua vida foi um misto de envolvimento voluntário nas causas públicas e sociais, para onde mobilizou vontades e responsabilidades atinentes à sua atividade profissional desenvolvida, essencialmente na zona da Quinta do Lago.

Em representação da ASCA participou em inúmeras reuniões da Rede Social de Loulé, sendo uma das vozes mais interventivas e defensoras dos interesses dos mais necessitados.

Envolveu-se na dinamização do Rotary Club Internacional de Almancil, do qual foi um destacado membro, tendo granjeado simpatias e reconhecimento junto da comunidade local e estrangeira pelo trabalho e ação benemérita desenvolvida.

Por isso, a Assembleia Municipal de Loulé reunida no dia 4 de fevereiro releva o seu papel de cidadão ativo e empenhado na construção de uma sociedade mais justa, com forte ligação ao humanismo, pelo que expressa publicamente esta nota de pesar, propondo um minuto de silêncio em sua memória, e endereçando à sua família e aos amigos mais próximos, os seus mais sentidos pêsames.

* ASCA, ROTARY CLUB INTERNACIONAL, ASSEMBLEIA FREGUESIA ALMANCIL

Loulé, 4 de fevereiro de 2020

O Grupo Municipal do Partido Socialista da Assembleia Municipal de Loulé

Assembleia Municipal de Loulé

N.º Entrada 122

28 / 01 / 2020

PSD
PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

RECOMENDAÇÃO

Descentralizar as reuniões da Assembleia Municipal para uma melhor cidadania e para combater os elevados níveis de abstenção

. Considerando o elevado e evidente afastamento dos munícipes da política e dos assuntos que norteiam a gestão municipal, e que se encontram espelhados de forma preocupante nos elevados níveis de abstenção que, eleição após eleição, se têm verificado no Concelho de Loulé;

. Considerando que pese embora a transmissão em direto na internet das reuniões públicas e de outras medidas que consideramos importantes para reverter esta situação, é importante não esquecer que em 2017 votaram em Loulé 26.666 pessoas. 33.142 pessoas ficaram em casa. O que demonstra bem a necessidade de incentivar a participação cívica, ativa e presencial das pessoas, tendo em conta que se mantêm inalteradas as formas de participação efetiva na escolha dos seus representantes nos diversos órgãos autárquicos;

. Considerando ainda que a responsabilidade desse afastamento deve ser assumida pelos seus eleitos locais, seja nas freguesias seja na Câmara Municipal, e que é urgente e imperativo dar o exemplo e combater esta situação, criando cada vez mais e melhores condições para que os munícipes possam participar presencialmente e ativamente na vida do seu concelho, criando assim maior envolvimento nas decisões que diariamente são tomadas e que influenciam o dia-a-dia de todos, e com isso, acreditamos, fomentar a tomada de melhores decisões,

Vem o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata **propor que seja deliberado sobre**:

- A descentralização das reuniões da Assembleia Municipal no sentido das mesmas se realizarem de forma alternada em cada uma das freguesias do concelho, sempre que se possa garantir a regularidade das sessões;

- A inclusão, em cada uma dessas reuniões, de um ponto na Ordem do Dia em que sejam discutidos especificamente assuntos de impacto na freguesia em que a reunião ocorre.

Loulé, 04 de fevereiro de 2020

O Grupo Parlamentar do PSD Loulé

Declaração de Voto

Votei com abstenção a Recomendação apresentada pelo PSD à mesa porque:

1) Não é necessária para o trabalho da AM fazer esta recomendação dada a prática que tem sido assumida;

2) Poder uma forma atlanada de sessão é interferir na tomada de decisão do presidente e mesa da Assembleia. É interferir na flexibilidade na marcação das sessões que devem ter a ver com um conjunto de matérias de interesse para as freguesias e serem planeadas a médio prazo.

3) Não valorizam as decisões já haridas e apresentam como uma novidade, de como estratégia política e de forma paternalista para com o PS. e a Assembleia

4/fev./2020

JBaptista

Declaração de Voto

Abstive-me na votação da proposta de recomendação de descentralização das Reuniões das Assembleias Municipais, porque considero que a recomendação nada acrescenta, sendo redundante, porque já é prática do P.S., nos seus mandatos, efectuar reuniões noutras freguesias, tais como: em Quarteira, Almancil, Boliqueime e Ameixial.

Acresce que há reuniões (Assembleias) que não deverão ser feitas fora da Sala da Assembleia Municipal, por necessitarem de meios técnicos que dificilmente serão disponibilizados condignamente noutros locais, tais como as reuniões para a Aprovação de Contas, Orçamento e GOPS e algumas temáticas.

Por último, esta proposta de recomendação visa somente marcar agenda política por parte da bancada do PSD.

Loulé, 4 de Fevereiro de 2020

O Deputado Municipal

(João Luís Caleira Correia)